

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

PERITO OFICIAL CRIMINAL - ÁREA 1 - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

TARDE

PROVA
01

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Projetos e Ações: Papo de Resposta

O Programa Papo de Resposta foi criado por policiais civis do Rio de Janeiro. Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe para o Estado.

O 'Papo de Resposta' é um programa de educação não formal que – por meio da palavra e de atividades lúdicas – discute temas diversos como prevenção ao uso de drogas e a crimes na internet, bullying, direitos humanos, cultura da paz e segurança pública, aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convida o Papo de Resposta, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade. No primeiro ciclo, denominado de "Papo é um Papo", a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o "Papo no Chão", os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição. Por fim, acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles e também como os adolescentes reagiram diante das novas informações.

Disponível em <<https://pc.es.gov.br/projetos-e-acoas>>. Acesso em: 30/ jan./2019.

1. De acordo com o Texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O programa é realizado em todo o país, mas apenas em 2013 foi levado ao Espírito Santo, por meio da polícia carioca.
- (B) A família dos adolescentes deve acompanhar todas as etapas do projeto social.
- (C) Os temas trabalhados são escolhidos a partir da necessidade da instituição solicitante.
- (D) No projeto, busca-se conhecer a perspectiva dos adolescentes, para que, a partir disso, seja imposta uma forma de se comportar corretamente em sociedade.
- (E) O projeto objetiva levar os adolescentes a seguirem a carreira policial.

2. Assinale a alternativa que reescreve a seguinte oração em destaque, utilizando um conector adequado ao sentido que ela expressa.

“[...] os alunos são os protagonistas e produzem materiais [...], mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada.”

- (A) “[...] desde que mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”
- (B) “[...] para mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”
- (C) “[...] quando mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”
- (D) “[...] embora mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”
- (E) “[...] apesar de mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”

3. No excerto “[...] aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.”, a preposição “da”, na expressão em destaque, indica

- (A) posse.
- (B) modo.
- (C) meio.
- (D) alvo.
- (E) tempo.

4. Quando se redige um texto manuscrito, é necessário conhecer as regras de separação silábica. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam separação silábica correta.
- (A) Pri-me-i-ro / a-pro-xi-ma-çã-o.
 (B) E-qui-pe / me-i-o.
 (C) Intr-oduz / rea-gi-ram.
 (D) I-ni-ci-a / a-ca-de-mi-a.
 (E) Pro-ce-ss-o / in-sti-tu-i-ção.
5. “Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e [...] trouxe para o Estado”.
- A expressão em destaque no excerto apresentado pode ser substituída adequadamente, considerando a escolha pronominal e sua colocação, por
- (A) conheceu-o.
 (B) os conheceu.
 (C) conheceu-lhe.
 (D) conheceu-no.
 (E) lhe conheceu.
6. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no excerto do 2º parágrafo do texto mantenham a correção gramatical, quanto à concordância verbal, no trecho apresentado.
- (A) É discutido temas diversos no programa.
 (B) São trabalhadas palavras e atividades lúdicas.
 (C) Temas como direitos humanos e a cultura da paz aproxima os policiais da comunidade.
 (D) A educação não formal é trabalhado pelo projeto “Papo de resposta”.
 (E) Aproxima-se os policiais da comunidade e dos adolescentes.
7. Assinale a alternativa em que a conjugação e a grafia dos verbos completam adequadamente todas as lacunas da seguinte frase.
 “Se algum órgão da comunidade _____ o programa “Papo de Resposta”, os policiais _____ o local e _____ o projeto.
- (A) convocam – visitarão – realizam
 (B) convocasse – visitão – realizarão
 (C) convocar – visitariam – realizão
 (D) convocão – visitam – realizarão
 (E) convoca – visitam – realizam
8. Considere a regência dos verbos em destaque e assinale a alternativa correta.
- (A) O projeto aspira a aproximação com a comunidade.
 (B) O projeto visa à aproximação com a comunidade.
 (C) Como os adolescentes preferem mais as atividades lúdicas, elas são a base da segunda etapa.
 (D) Os policiais capixabas assistem à comunidade no que ela necessita.
 (E) Os policiais capixabas visam na comunidade o que ela necessita.
9. Dentre os processos existentes para formar novas palavras, verifica-se que o substantivo “resposta” é formado por
- (A) derivação prefixal.
 (B) derivação parassintética.
 (C) redução.
 (D) hibridismo.
 (E) composição por aglutinação.
10. O nome escolhido para o projeto revela uma variante linguística escolhida com o objetivo comunicativo de
- (A) disfarçar um preconceito linguístico.
 (B) denotar expressividade, ao zombar, de maneira criativa, do modo como os jovens falam.
 (C) aproximar-se do público-alvo, por meio da utilização de uma mesma variante linguística.
 (D) atingir o público-alvo, marcando intimidade, por meio de uma linguagem formal.
 (E) revelar a diferença estilística ocupacional, ao usar um jargão dos policiais.
11. Em “[...] acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída corretamente, sem que haja alteração semântica ou sintática, por
- (A) a fim de que.
 (B) afim de que.
 (C) conquanto que.
 (D) com quanto que.
 (E) porquanto que.

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15.



Disponível em: <<https://meumundocommafalda.wordpress.com/2013/03/09/tirinha-no-92/>>. Acesso em 01/fev./2019.

12. Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem presente no segundo quadrinho da tira.

- (A) Pleonasma.
- (B) Metonímia.
- (C) Antonomásia.
- (D) Eufemismo.
- (E) Hipérbole.

13. Em “Que tragédia!”, o “Que” tem função de

- (A) advérbio.
- (B) substantivo.
- (C) pronome relativo.
- (D) conjunção integrante.
- (E) interjeição.

14. Considere os elementos da comunicação e as funções da linguagem na tira da Mafalda e assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A personagem Mafalda aparece como uma receptora da mensagem enunciada por seu pai.
- (B) O rádio funciona como um canal de comunicação.
- (C) Em “Formigas!”, há ênfase na função fática.
- (D) Em “Mais vítimas na guerra do Vietnã [...]”, há ênfase na função referencial.
- (E) Em “Não há desgraça maior que formigas”, há ênfase na função emotiva.

15. De acordo com a tirinha da Mafalda, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As formigas são elementos que tematizam os pequenos problemas cotidianos.
- (B) A atitude do pai da Mafalda e da Mafalda opõem-se.
- (C) O texto suscita uma crítica a reações desproporcionais diante de situações corriqueiras.
- (D) A menção à morte das duas pessoas indica que a guerra do Vietnã foi uma tragédia sem precedentes.
- (E) O verbo no presente em “Não há desgraça maior que formigas!” visa indicar que o conteúdo dessa afirmação é um problema constante.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. A respeito das licenças permitidas ao funcionário policial, é correto afirmar que

- (A) o funcionário policial não poderá ser licenciado para tratar de interesses particulares.
- (B) a licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do funcionário policial, não podendo ser concedida “ex-offício”.
- (C) o funcionário policial poderá, atendidos os requisitos legais, obter licença por motivo de doença nas pessoas dos pais, do cônjuge, dos filhos ou pessoas que vivam às suas expensas e que constem do seu assentamento individual.
- (D) o funcionário policial acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) ao funcionário policial que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

17. Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria e proventos do funcionário policial.

- (A) Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço quando o funcionário policial invalidar-se por acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou pela constatação de doença profissional.
- (B) Nenhuma aposentadoria terá seu provento inferior a 50% do vencimento do respectivo cargo.
- (C) As gratificações de função policial civil e de risco de vida incorporam-se ao provento de aposentadoria, independentemente do tempo de percepção.
- (D) A concessão da aposentadoria é de competência do Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
- (E) Em nenhuma hipótese, os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

18. Recompensa é o reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial. Sobre recompensa, assinale a alternativa correta.

- (A) O elogio não é considerado uma recompensa pelo Estatuto do Funcionário Policial do Espírito Santo.
- (B) A concessão de Medalhas a título de recompensas, nos termos da lei, se dará por meio de decreto do Poder Executivo.
- (C) A Medalha do Serviço Policial destina-se a premiar o funcionário policial que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial ou para a sociedade.
- (D) A dispensa total do serviço até 30 dias é recompensa concedida pelo reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial.
- (E) A Medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o funcionário policial pelos bons serviços prestado à causa da ordem pública, ao organismo policial e à coletividade policial.

19. O amparo assistencial e previdenciário do Estado ao funcionário policial e sua família compreenderá, EXCETO

- (A) pensões especiais.
- (B) frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.
- (C) previdência e seguro social.
- (D) assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creche.
- (E) assistência judiciária, para processos judiciais decorrentes do exercício ou não do cargo.

20. No que se refere à responsabilização do funcionário policial pelo exercício irregular de suas atribuições, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.
- (B) a responsabilidade civil decorre unicamente de procedimento doloso; que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou terceiros.
- (C) o agente executante, no cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.
- (D) o funcionário policial que deixar habitualmente de saldar dívidas legítimas não estará cometendo transgressão disciplinar.
- (E) a indenização do prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento do funcionário policial, desde que autorizado por escrito pelo funcionário.

Noções de Direito Administrativo

21. Assinale a alternativa correta acerca de Estado, Governo e Administração Pública.

- (A) Segundo a Constituição Federal, a tripartição de funções é absoluta no âmbito do aparelho do Estado.
- (B) O estudo da administração pública, do ponto de vista subjetivo, abrange a maneira como o Estado participa das atividades econômicas privadas.
- (C) O Estado constitui a nação politicamente organizada, enquanto a administração pública corresponde à atividade que estabelece objetivos do Estado, conduzindo politicamente os negócios públicos.
- (D) Os conceitos de governo e administração não se equiparam; o primeiro refere-se a uma atividade essencialmente política, ao passo que o segundo, a uma atividade eminentemente técnica.
- (E) Tradicionalmente, na Doutrina, os elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade linguística e o governo.

22. Assinale a alternativa correta acerca de conceito e fontes do Direito Administrativo.

- (A) O sistema de direito administrativo anglo-americano teve origem na França e é focado, essencialmente, em reger as relações entre cidadãos e Administração, fixando prerrogativas e deveres à Administração.
- (B) O sistema de direito administrativo europeu continental deixa para o âmbito do direito privado as relações entre Estado e cidadãos. A jurisdição é una, exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (C) Os costumes não constituem fonte do direito administrativo.
- (D) O Direito Administrativo, dentre outros conceitos, pode ser definido como o ramo do direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- (E) O direito administrativo visa à regulação das relações jurídicas entre servidores e entre estes e os órgãos da administração, ao passo que o direito privado regula a relação entre os órgãos e a sociedade.

23. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo.

- (A) O princípio administrativo do interesse público é um princípio implícito da administração pública.
- (B) O princípio da legalidade no direito administrativo preconiza que o administrador público está sujeito às exigências do bem comum, e delas não se pode afastar ou desviar, sendo que o cidadão poderá fazer tudo o que a lei não proíba e o administrador público poderá fazer tão somente o que diz a lei.
- (C) Os princípios do direito administrativo são apenas os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- (D) O princípio da isonomia manifesta a imposição da administração em divulgar seus atos que são divulgados no diário oficial, seja da União, do Estado ou do município, na forma de obrigação constante na lei para garantir a transparência da administração.

(E) O princípio da eficiência não está implícito em outros princípios.

24. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

(A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.

(B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.

(C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.

(D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.

(E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

25. Assinale a alternativa correta acerca da extinção, desfazimento e sanatória do ato administrativo.

(A) A anulação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se inoportuno ou inconveniente.

(B) A revogação ocorre quando há um vício no ato relativo à legalidade ou legitimidade; nunca por questões de mérito administrativo.

(C) A revogação é um ato discricionário e tem como critério a conveniência e oportunidade.

(D) A extinção objetiva do ato se dá pelo desaparecimento do sujeito detentor do benefício do ato.

(E) A designação de ato administrativo abrange toda atividade desempenhada pela administração.

26. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos atos administrativos.

(A) Os atos administrativos têm origem no Estado ou em agentes investidos de prerrogativas estatais.

(B) Todo ato praticado no exercício da função administrativa consiste em ato da administração.

(C) A morte de um funcionário que gera vacância de um cargo não é considerada um ato administrativo.

(D) Os atos administrativos incluem os despachos de encaminhamento de papéis e os processos.

(E) Os fatos administrativos não admitem nem anulação nem revogação.

27. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes administrativos.

(A) O fundamento do poder de polícia é a predominância do interesse público sobre o particular, o que torna ilegítima qualquer discricionariedade no exercício desse poder.

(B) O Judiciário não pode exercer o poder hierárquico por ser este exclusivo do Executivo.

(C) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.

(D) Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.

(E) A remoção de ofício de um servidor, como forma de puni-lo por faltas funcionais, configura abuso de poder.

28. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos poderes administrativos.

(A) O poder regulamentar consiste na possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar atos administrativos gerais e abstratos, expedidos para dar fiel execução da lei.

(B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.

(C) O poder hierárquico é o poder de que dispõe a administração para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.

(D) O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.

(E) É possível que o agente administrativo avoque para a sua esfera decisória a prática de ato de competência natural de outro agente de mesma hierarquia, para evitar a ocorrência de decisões eventualmente contraditórias.

29. Assinale a alternativa correta acerca do controle e da fiscalização da administração.

- (A) A competência do sistema de controle interno nos poderes da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e autárquica.
- (B) O controle judicial se sobrepõe ao controle administrativo.
- (C) Os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizarem função administrativa, sujeitar-se-ão ao controle interno e externo.
- (D) O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e na fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.
- (E) O controle externo no Brasil é exercido a priori e a posteriori, mas não de forma concomitante.

30. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- (A) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aprofundamento.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
- (C) Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
- (D) As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
- (E) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

Noções de Direito Processual Penal

31. Qual é o caráter do inquérito policial no direito brasileiro?

- (A) Negocial jurídico de direito público.
- (B) Meio processual constitucional de impugnação de delito.
- (C) Procedimento de cunho militar quando iniciado por lavratura de boletim de ocorrência pela Polícia Militar.
- (D) Parametrização de direito privado até o recebimento da denúncia ou queixa.
- (E) Procedimento administrativo preparatório.

32. Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício pela autoridade policial.
- (B) a requerimento do ofendido ou, se ausente, ao cônjuge, ascendente, descendente ou seu irmão.
- (C) por requisição do Poder Judiciário.
- (D) com a lavratura de boletim de ocorrência de terceiro interessado ao fato e alheio ao ofendido.
- (E) por requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido.

33. Sobre a disciplina do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá intimar o indiciado para que o mesmo seja interrogado em Juízo sob pena de incorrer em crime de desobediência.
- (B) A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado no curso do inquérito policial e enviará autos ao membro do Ministério Público para que dê sua opinião sobre o eventual delito.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se o Ministério Público ou o ofendido não mais requisitarem ou requererem novas diligências.
- (E) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá enviar os peritos criminais ao local imediatamente enquanto ouve o ofendido na sede do distrito policial.

34. O Código de Processo Penal descreve a fase probatória do inquérito policial e do processo penal, devendo os agentes estatais cumprirem seus dispositivos. Sobre o tema "prova", é correto afirmar que

- (A) o Juízo poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação se eles forem originários de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (B) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, vedado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- (C) o Juízo deve ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando seu poder geral de cautela.
- (D) as partes, pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, têm o direito de participar da colheita da prova, influenciando na sua formação, dentro de critérios regrados, porém o réu não tem o direito de tomar ciência das provas coletadas em grau sigiloso, exceto quando sobrevier seu interrogatório judicial.
- (E) o exame do corpo de delito não é considerado meio de prova direto ou indireto, mas tão somente peça processual integrante do acervo inquisitorial.

35. Sobre o regramento das provas ilícitas e das provas derivadas das ilícitas, assinale a alternativa completamente correta.

- (A) As provas ilícitas devem ser autuadas em apartado dos autos originários, para que sejam devidamente arquivadas caso se façam necessárias em outros procedimentos na perspectiva da prova emprestada.
- (B) Quando as provas derivadas das ilícitas puderem ser obtidas por uma fonte independente das provas originárias ilícitas, o Juízo ordenará o desentranhamento delas, sob pena de prevaricação.
- (C) A decisão que determina o desentranhamento da prova declarada inadmissível não pode ser eivada de preclusão, prescrição ou decadência.
- (D) A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento

ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.

- (E) Considera-se fonte independente aquela que por si só ou conjuntamente, seguindo os trâmites típicos ou atípicos, próprios da instrução processual, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

36. Tratando das provas penais admissíveis pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Exame de corpo de delito é a verificação da prova da existência do crime, feita por peritos, diretamente, ou por intermédio de outras evidências, quando os vestígios, ainda que materiais, desapareceram.
- (B) Vestígio material é aquele tal qual o rastro do crime que se perde tão logo a conduta criminosa finda, pois não é mais captável nem passível de registro pelos sentidos humanos.
- (C) Quando a infração deixar vestígios (o rastro, a pista ou o indício deixado por algo ou alguém), será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- (D) O exame do corpo de delito será prioritário tão somente em crimes contra a dignidade sexual e em delitos envolvendo violência física contra crianças.
- (E) O exame de corpo de delito só poderá ser feito em qualquer hora de dia matutino ou vespertino, ou em períodos em que a luz solar possa iluminar o objeto.

37. Tratando das perícias em geral, com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.
- (B) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
- (C) O laudo sobre o cadáver encontrado deve ser redigido pelos peritos de maneira textual e descritiva, sendo vedado qualquer desenho que não represente a fotografia real do corpo.
- (D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e, obrigatoriamente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
- (E) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, sendo vedado aos peritos fazer a autópsia antes daquele prazo.

38. A respeito da produção probatória no processo penal brasileiro, assinale a alternativa integralmente correta.

- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental produzida por terceiro poderá suprir-lhe a falta.
- (B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar exclusivamente por determinação da autoridade policial, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do ofendido.
- (C) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.
- (D) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e objetivamente descreverão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

- (E) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á que, para a comparação, unicamente servirão aqueles documentos que já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de punho da pessoa analisada.

39. Sobre as prisões cautelares admitidas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa que reproduz corretamente conceito jurídico ou dispositivo legal.

- (A) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, logo após ocorrer situação que faça suspeitar ser ele o autor da infração.
- (B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante ainda que com o condutor assinem outras duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- (C) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal com arbitramento de fiança.
- (D) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo, quando, por motivos de saúde, não puder aguardar o restabelecimento da primeira.
- (E) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

40. Sobre processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, tais como os peritos criminais, assinale a alternativa correta de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A juntada de inquérito policial preparatório é indispensável nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito.
- (B) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias úteis.
- (C) A notificação do acusado para, previamente ao recebimento da denúncia, manifestar-se sobre o tema, apresentando sua defesa e evitando que seja a inicial recebida, se estende ao particular que seja coautor ou partícipe.

- (D) O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- (E) Caso seja recebida a denúncia ou queixa, a despeito da impugnação formulada pelo funcionário, é dispensável que ele tome ciência disso mediante citação formal, podendo defender-se nos autos do processo-crime como integrante formal do polo passivo.

Noções de Direito Penal

41. É importante a fixação do tempo em que o crime se considera praticado para, entre outras coisas, compreender a lei que deverá ser utilizada, aplicada, e estabelecer a imputabilidade do sujeito. Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a

- (A) Teoria da Relatividade.
(B) Teoria da Consumação.
(C) Teoria da Atividade.
(D) Teoria da Ubiquidade.
(E) Teoria da Habitualidade.

42. João subtrai para si um pacote de bolachas no valor de R\$ 10,00 de um grande supermercado e o fato se encaixa formalmente no art. 155 do Código Penal. Em virtude da inexpressividade da lesão causada ao patrimônio da vítima e pelo desvalor da conduta, incide o princípio da insignificância que tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como excludente de

- (A) punibilidade.
(B) tipicidade material.
(C) culpabilidade.
(D) ilicitude formal.
(E) executividade.

43. Segundo o art. 6º do Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria se produzir o resultado. Existem várias teorias acerca do lugar do crime. Qual é a Teoria adotada pelo Código Penal vigente?

- (A) Teoria da Atividade.
(B) Teoria do Resultado.
(C) Teoria da Ubiquidade.

- (D) Teoria do Assentimento.
(E) Teoria da Relatividade.

44. A extraterritorialidade presente no art. 7º do Código Penal se divide em condicionada e incondicionada. Na extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei nacional a determinados crimes cometidos fora do território, independentemente de qualquer condição, ainda que o acusado seja absolvido ou condenado no estrangeiro, EXCETO

- (A) quando o crime for contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
(B) quando o crime for contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
(C) no caso de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
(D) quando, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir o crime praticado.
(E) quando o crime for contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

45. O crime de homicídio, art. 121 do Código Penal, é classificado doutrinariamente como um crime

- (A) de dano, material e instantâneo de efeitos permanentes.
(B) vago, permanente e multitudinário.
(C) próprio, de perigo e exaurido.
(D) comum, forma livre e concurso necessário de agentes.
(E) de mão própria, habitual e de forma vinculada.

46. Dentre as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Crime de dupla subjetividade passiva é o crime que tem obrigatoriamente dois ou mais sujeitos passivos.
- (B) O crime de estupro, art. 213 do CP, é um crime bипróprio, sendo que os sujeitos são determinados, não sendo possível ser praticado por qualquer pessoa.
- (C) Podem ser sujeitos passivos de crime os entes despersonalizados, pessoa ainda não nascida, incapazes, animais e recém-nascido.
- (D) Sujeito passivo e sujeito prejudicado são sinônimos, possuindo o mesmo significado: a pessoa física ou jurídica que sofre as consequências diretas da infração penal.
- (E) Uma pessoa pode ser simultaneamente sujeito ativo e sujeito passivo do mesmo crime.

47. Considerando as seguintes afirmativas, assinale a alternativa correta.

- (A) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- (B) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- (C) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.
- (D) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.
- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

48. Dentre as seguintes alternativas, assinale a INCORRETA.

- (A) O jurado pode ser responsabilizado criminalmente por crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtrair “para si ou para outrem” comete crime de “peculato furto”.
- (C) No crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva, o sujeito ativo é somente o funcionário público.

- (D) Ocorrerá crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- (E) Pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

49. Uma conduta ilícita é contrária ao direito. Porém pode haver conduta típica que não seja ilícita, aparecendo as chamadas excludentes de ilicitude. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente não será considerado crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade e legítima defesa.
- (B) As excludentes de ilicitude são apenas as definidas em Lei, especificamente determinadas pelo Código Penal, chamadas de excludentes de ilicitude legais.
- (C) No estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o sujeito não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
- (D) Pode agir em estado de necessidade aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo.
- (E) São requisitos legais do estado de necessidade: perigo atual; ameaça de, a direito próprio ou alheio; situação não causada voluntariamente pelo sujeito; inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.

50. Em alguns casos, o crime exige uma condição especial do sujeito ativo, podendo ser classificado em crimes comuns, próprios, de mão própria, bi próprios, etc. Referente ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Crime próprio pode ser praticado por qualquer pessoa, não sendo exigida uma condição ou qualidade especial do sujeito ativo.
- (B) Crimes funcionais são crimes praticados por funcionários públicos contra a administração. Esses crimes admitem a coautoria e a participação de terceiros, podendo esse terceiro ser funcionário público ou não.
- (C) O crime de falso testemunho é considerado um crime próprio, podendo ser praticado por qualquer pessoa, portanto a lei não exige uma qualidade especial do sujeito ativo.

- (D) O sujeito ativo pode ser tanto quem realiza o verbo típico ou possui o domínio finalista do fato como quem, de qualquer outra forma, concorre para o crime, sendo representado apenas pelo autor e coautor.
- (E) O sujeito ativo, para poder ser responsabilizado, será pessoa física, não podendo ser pessoa jurídica conforme determina a Constituição Federal.

Conhecimentos Específicos

51. Conforme a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a característica qualitativa da confiabilidade foi redenominada para

- (A) verificabilidade.
(B) compreensibilidade.
(C) comparabilidade.
(D) representação fidedigna.
(E) relevância.

52. Segundo as normas e a doutrina contábil, a conta de ajustes de avaliação patrimonial poderá apresentar saldo de natureza

- (A) devedora, credora ou saldo nulo e será classificada no patrimônio líquido.
(B) somente devedora e será classificada no patrimônio líquido.
(C) somente credora e será classificada no patrimônio líquido.
(D) devedora, credora ou saldo nulo e será classificada no ativo.
(E) devedora, credora ou saldo nulo e será classificada no passivo.

53. Para compor o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), serão sempre convidados para participar representantes dos seguintes órgãos:

- (A) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
(B) Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
(C) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

- (D) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA).
(E) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Banco do Brasil.

54. Em relação à natureza contábil das contas, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. **As contas do ativo aumentam a débito e conseqüentemente diminuem a crédito.**
II. **As contas do passivo e patrimônio líquido aumentam a crédito e conseqüentemente diminuem a débito.**
III. **As contas de receitas e despesas têm natureza devedora e conseqüentemente diminuem a crédito.**

- (A) I, II e III.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas II.
(E) Apenas III.

55. NÃO deve constar, como elemento mínimo na estrutura do balancete de verificação, o/a(s)

- (A) identificação da entidade.
(B) abrangência.
(C) identificação das contas e respectivos grupos.
(D) saldos das contas, indicando se devedores ou credores.
(E) movimento individual das contas.

56. A perda do valor de um ativo, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração, denominar-se-á

- (A) amortização.
(B) depreciação.
(C) exaustão.
(D) avaliação.
(E) provisão.

57. Os estoques de mercadorias fungíveis destinados à venda poderão ser avaliados quando aceitos pela técnica contábil a valor

- (A) de mercado.
- (B) presente.
- (C) original.
- (D) de reposição.
- (E) justo.

58. Nas entidades societárias, as demonstrações financeiras deverão ser assinadas pelo(s)

- (A) administradores e por contabilistas legalmente habilitados.
- (B) auditores e contadores legalmente habilitados.
- (C) contador legalmente habilitado.
- (D) administrador legalmente habilitado.
- (E) contador legalmente habilitado e auditor independente.

59. Nas demonstrações financeiras das sociedades anônimas, as contas semelhantes poderão ser agrupadas e os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem

- (A) 0,1 do valor do respectivo grupo de contas.
- (B) 0,2 do valor do respectivo grupo de contas.
- (C) 0,3 do valor do respectivo grupo de contas.
- (D) 0,4 do valor do respectivo grupo de contas.
- (E) 0,5 do valor do respectivo grupo de contas.

60. Na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), as variações cambiais ativas serão classificadas como

- (A) receitas.
- (B) insumos adquiridos de terceiros.
- (C) remuneração de capital próprio.
- (D) valor adicionado recebido em transferência.
- (E) remuneração de capital de terceiros.

61. Acerca da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), assinale a alternativa correta.

- (A) A DLPA evidenciará o montante de dividendos por ação do capital social.
- (B) A DLPA não evidenciará a reserva de lucros a realizar.
- (C) A DLPA deverá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).
- (D) A DLPA não evidenciará a distribuição de dividendos.
- (E) A DLPA não evidenciará a parcela dos lucros incorporada ao capital social.

62. A aquisição de uma propriedade de jazidas minerais deverá ser registrada e classificada no Balanço Patrimonial como um ativo

- (A) intangível.
- (B) imobilizado.
- (C) diferido.
- (D) contingente.
- (E) financeiro.

63. Nos termos da legislação societária, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos(as)

- (A) reservas de capital, pelas reservas de lucros e pelas provisões antes das participações societárias.
- (B) lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal.
- (C) participações estatutárias, pelos dividendos distribuídos e pelos lucros acumulados.
- (D) lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pelas reservas de reavaliação.
- (E) reservas de reversão de provisões, pelos lucros acumulados e pela reserva legal.

64. Determinada empresa realizou as seguintes transações:

- adquiriu mercadorias para revenda, com pagamento à vista, no ato da entrega, no valor de R\$ 200.000,00. Nesse valor, estão incluídos os tributos não recuperáveis no valor de R\$ 30.000,00;
- vendeu mercadorias, à vista, de 80% das mercadorias adquiridas por R\$ 360.000,00, com entrega imediata. A transação teve a incidência dos tributos sobre a venda no valor de R\$ 45.000,00;
- incorreu em despesas administrativas no valor de R\$ 5.000,00 pagas no período; e
- sabendo-se que o seu estoque inicial era igual a zero.

Considerando as informações apresentadas, o resultado dessas transações gerou um lucro bruto no valor de

- (A) R\$ 315.000,00.
- (B) R\$ 270.000,00.
- (C) R\$ 200.000,00.
- (D) R\$ 179.000,00.
- (E) R\$ 155.000,00.

65. Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2014, uma máquina no valor de R\$ 130.000,00 a prazo, sendo esse valor registrado no seu ativo imobilizado. Na data da aquisição, o bem foi colocado em uso e a empresa estimou que a vida útil será de 10 anos e o seu valor residual de R\$ 30.000,00. Sabendo-se que a empresa utiliza o método linear para o cálculo da depreciação. Com base nessas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 foi, em reais,

- (A) 130.000,00.
- (B) 120.000,00.
- (C) 110.000,00.
- (D) 100.000,00.
- (E) 90.000,00.

66. Analise os seguintes registros contábeis relativos aos gastos com a folha de pagamento dos funcionários de uma determinada empresa:

Salários	R\$ 50.000,00
Horas extras trabalhadas	R\$ 5.500,00
Imposto de renda retido na fonte	R\$ 5.600,00
Contribuição para o INSS, empregado	11%
Contribuição para o INSS, empregador	20%
Depósito do FGTS	8%
Insalubridade	R\$ 2.500,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que a despesa total do empregador, com a folha de pagamento, será de

- (A) R\$ 71.040,00.
- (B) R\$ 64.000,00.
- (C) R\$ 81.408,00.
- (D) R\$ 74.240,00.
- (E) R\$ 69.600,00.

67. Acerca da apresentação de transações em moeda estrangeira na moeda funcional, analise a seguinte situação:

A empresa X obteve, em 31/12/2015, um empréstimo bancário internacional, no valor de 20 mil dólares, com vencimento

para 05 anos, sabendo que não há incidência de juros sobre o empréstimo.

Dados complementares da transação:

Cotação do dólar em 31/12/2015	R\$ 3,10
Cotação do dólar em 31/12/2016	R\$ 3,20
Cotação do dólar em 31/12/2017	R\$ 3,50
Cotação média do dólar	R\$ 3,27

Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta o valor do empréstimo registrado no balanço patrimonial em 31/12/2017.

- (A) R\$ 70.000,00.
- (B) R\$ 65.400,00.
- (C) R\$ 64.000,00.
- (D) R\$ 62.000,00.
- (E) R\$ 60.000,00.

68. A empresa investidora S.A. possui 80% das ações da Cia. Investida. Em 2018, a Cia. Investida distribuiu dividendos com pagamento à vista no valor de R\$ 250.000,00. Ao contabilizar esse fato, a empresa investidora S.A. debitou caixa e creditou

- (A) receita operacional.
- (B) receita de dividendos.
- (C) outras receitas.
- (D) investimentos.
- (E) receita de equivalência patrimonial.

69. O tratamento contábil conferido na Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), quanto aos recebimentos e pagamentos de caixa por seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice, deverá ser classificado na atividade

- (A) operacional.
- (B) investimento.
- (C) financiamento.
- (D) orçamentária.
- (E) patrimonial.

70. O capital circulante líquido representa a diferença entre o ativo

- (A) não circulante e o passivo circulante.
- (B) circulante e o passivo circulante.
- (C) não circulante e o passivo não circulante.
- (D) não circulante e o patrimônio líquido.
- (E) total e o passivo total.

71. Em relação à alavancagem financeira, é correto afirmar que ela mede

- (A) a variação do lucro operacional em relação à sensibilidade no giro do ativo circulante.
- (B) a margem de endividamento da empresa em relação à composição patrimonial.
- (C) a razão entre a variação percentual do lucro líquido e a variação percentual da margem de segurança.
- (D) a razão entre o retorno sobre o patrimônio líquido e o retorno sobre o ativo da entidade.
- (E) a razão entre a variação percentual da margem de contribuição em relação à margem de segurança.

72. Analise as informações na seguinte tabela de gastos, disponibilizadas por uma fábrica em determinado período.

Gastos	R\$
Mão de obra direta da fábrica	20.000,00
Energia elétrica da administração	5.000,00
Embalagens consumidas	2.500,00
Material de expediente da administração	3.000,00
Despesas administrativas	2.500,00
Aluguel da fábrica	5.000,00

Conforme informações da contabilidade de custos, a fábrica produz um único produto. Nesse sentido, é correto afirmar que os custos totalizam

- (A) R\$ 32.500,00.
- (B) R\$ 27.500,00.
- (C) R\$ 38.000,00.
- (D) R\$ 33.000,00.
- (E) R\$ 36.500,00.

73. Considere as seguintes informações extraídas da contabilidade de uma fábrica:

- **Custo de oportunidade: R\$ 2.000,00;**
- **Custo fixo total: R\$ 10.000,00;**
- **Custo variável unitário: R\$ 20,00;**
- **Preço de venda unitário: R\$ 80,00.**

Com base nessas informações, o ponto de equilíbrio econômico em unidades é de

- (A) 120 unidades.
- (B) 80 unidades.
- (C) 100 unidades.
- (D) 200 unidades.
- (E) 300 unidades.

74. Referente às nomenclaturas aplicáveis à contabilidade de custos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Custos são gastos relativos a bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços.
- (B) Desembolsos são pagamentos resultantes da aquisição de um bem ou serviço.
- (C) Investimentos são gastos ativados em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuros períodos.
- (D) Despesas são bens ou serviços consumidos diretamente ou indiretamente para a obtenção de receitas.
- (E) As perdas anormais no processo de produção são consideradas parte do custo dos produtos.

75. A respeito da auditoria, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. **O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.**
- II. **As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração com supervisão geral dos responsáveis pela governança.**
- III. **É função precípua da auditoria a detecção de erros e fraudes nas entidades, com base nos registros contábeis existentes.**

- (A) Apenas II.
- (B) I, II e III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas I.

76. A perícia contábil arbitral é de competência exclusiva para

- (A) contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- (B) bacharel em Ciências Contábeis.
- (C) contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- (D) técnico de contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

(E) economista registrado no Conselho de Economia.

77. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite

- (A) os objetivos da perícia deferida ou contratada.
- (B) a identificação do processo e das partes.
- (C) a síntese do objeto da perícia.
- (D) a metodologia adotada para os trabalhos periciais e esclarecimentos.
- (E) o lapso temporal da perícia a ser realizada.

78. A perícia contábil do tipo voluntária é aquela

- (A) exercida sob o controle da legislação societária e supervisão judicial.
- (B) exercida sob o controle da legislação de arbitragem e supervisão judicial.
- (C) executada sob o controle de órgão do Estado e supervisão judicial.
- (D) exercida sob a tutela da justiça e supervisão governamental.
- (E) contratada espontaneamente pelo interessado ou de comum acordo entre as partes.

79. Assinale a alternativa que apresenta a modalidade de licitação que poderá instituir prêmios ou remunerações aos vencedores.

- (A) Pregão.
- (B) Concorrência.
- (C) Tomada de Preços.
- (D) Convite.
- (E) Concurso.

80. Acerca da modalidade de licitação pregão, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No pregão, para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço e melhor técnica.
- (B) Não é possível o uso do pregão para locações imobiliárias, obras e alienações em geral.
- (C) O prazo de publicidade do pregão é de, no mínimo, 8 dias úteis.
- (D) O pregão pode ser utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns.
- (E) Dentre as regras da fase preparatória do pregão, a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

81. É um instrumento de planejamento da ação do Governo, por meio da identificação dos seus programas de trabalho, projetos e atividades, com estabelecimento de objetivos e metas a serem implementados e previsão dos custos relacionados. Pode ser definido como elo entre planejamento, orçamento e gestão. Essa técnica orçamentária é denominada

- (A) orçamento tradicional.
- (B) orçamento base zero.
- (C) orçamento-programa.
- (D) orçamento participativo.
- (E) orçamento por competência.

82. Na entidade do setor público, deverá ser classificada como despesa extraorçamentária o pagamento de

- (A) material de consumo.
- (B) salários e encargos.
- (C) serviços de terceiros.
- (D) restos a pagar.
- (E) fatura de energia elétrica.

83. Referente aos créditos adicionais suplementares, assinale a alternativa correta.

- (A) São destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (B) São destinados a despesas urgentes e imprevisíveis.
- (C) A indicação da origem dos recursos é facultativa.
- (D) São autorizados por Lei e abertos por Decreto do Poder Executivo.
- (E) A autorização legislativa é posterior à abertura do crédito.

84. O Estado do Espírito Santo deseja adquirir um imóvel, que já está em utilização, com o objetivo de instalar a sua sede administrativa. Caso essa despesa pública aconteça, o contador deverá classificar como

- (A) despesa corrente.
- (B) transferência de capital.
- (C) inversão financeira.
- (D) investimento.
- (E) subvenção social.

85. Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Não é permitido um lançamento contábil que debite uma conta da classe 1 e credite uma conta da classe 5.
- (B) A previsão de receita e a fixação de despesa são contas de natureza devedora e credora na classificação orçamentária.
- (C) A natureza de informação orçamentária registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- (D) O PCASP é dividido em 8 classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações.
- (E) O PCASP é estruturado para facilitar a análise das informações, conforme as naturezas de informação orçamentária, patrimonial e de controle.

86. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o Balanço Orçamentário é composto por

- (A) quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processados, quadro da execução dos restos a pagar processados e quadro das contas de compensação.
- (B) quadro secundário, quadro da execução dos restos a pagar não processados, quadro da execução dos restos a pagar processados e quadro das contas de compensação.
- (C) quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processados e quadro da execução dos restos a pagar processados.
- (D) quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processados, quadro da execução dos restos a pagar processados e quadro do superávit/déficit financeiro.
- (E) quadro principal, quadro secundário, quadro da execução dos restos processados e não processados.

87. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, uma provisão representa um(a)

- (A) passivo de prazo ou valor incerto.
- (B) passivo de prazo ou valor certo.
- (C) conta retificadora (diminutiva) do ativo.
- (D) passivo contingente de prazo ou valor incerto.
- (E) passivo contingente de prazo ou valor certo.

88. A respeito das variações patrimoniais e o resultado patrimonial nas entidades do setor público, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. **Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA): correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade oriundos de contribuições dos proprietários.**
- II. **Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD): correspondem a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade oriundas de distribuições aos proprietários.**
- III. **O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das VPA e o valor total das VPD, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do período.**

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I.
- (D) Apenas II.
- (E) Apenas III.

89. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, os restos a pagar processados em liquidação compreendem o valor dos restos a pagar

- (A) não processados ainda não liquidados, cujo fato gerador já ocorreu.
- (B) não processados ainda não liquidados, cujo fato gerador não ocorreu.
- (C) processados ainda não liquidados, cujo fato gerador não ocorreu.
- (D) processados ainda não liquidados, cujo fato gerador já ocorreu.
- (E) não empenhados, pendentes de créditos orçamentários.

90. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o tipo correspondente ao último dígito na natureza de receita pública tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza, sendo

- (A) 0 (zero), quando se tratar da arrecadação principal da receita.
- (B) 1 (um), quando se tratar de natureza de receita não valorizável ou agregadora.
- (C) 2 (dois), quando se tratar de multas e juros de mora da respectiva receita.

- (D) 3 (três), quando se tratar de multas e juros de mora da dívida ativa da respectiva receita.
- (E) 4 (quatro), quando se tratar de desdobramentos que poderão ser criados, caso a caso.

91. Acerca dos procedimentos periciais, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O exame é a análise de livros, registros de transações e documentos.
- () A certificação é o ato de atestar a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito.
- () A avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

- (A) V – V – F.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – F – F.

92. O superávit do orçamento corrente na entidade pública é classificado como receita

- (A) corrente, porém não é receita orçamentária.
- (B) corrente, porém é receita orçamentária.
- (C) de capital, porém é receita orçamentária.
- (D) de capital, porém não é receita orçamentária.
- (E) patrimonial, porém é receita orçamentária.

93. Representa o retorno dos recursos anteriormente emprestados pelo poder público a receita

- (A) com operação de crédito.
- (B) com alienação de bens.
- (C) com amortização de empréstimos.
- (D) corrente.
- (E) patrimonial.

94. A dívida ativa na entidade pública abrange os

- (A) créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por terem sido efetivamente recebidos nas datas apuradas.
- (B) créditos a desfavor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas apuradas.
- (C) débitos a favor da Fazenda Pública, cuja

certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas apuradas.

- (D) créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas apuradas.
- (E) créditos a favor da Fazenda Pública, cuja incerteza e liquidez foram apuradas, por terem sido efetivamente recebidos nas datas apuradas.

95. Considere os seguintes fatos a serem registrados na contabilidade de determinado ente público:

- Recebimento de receitas tributárias no valor de R\$ 1.000,00;
- Empenho da despesa no valor de R\$ 900,00;
- Liquidação de despesa corrente no valor de R\$ 700,00;
- Inscrição de Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 700,00;
- Inscrição de Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 200,00.

Com base nas informações apresentadas, o ente público teve um superávit financeiro de

- (A) R\$ 100,00.
- (B) R\$ 200,00.
- (C) R\$ 300,00.
- (D) R\$ 400,00.
- (E) R\$ 500,00.

96. Nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as transações com contraprestação são aquelas em que a entidade

- (A) recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e, em contrapartida, entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca.
- (B) recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e entrega valor aproximadamente igual em troca, prioritariamente sob a forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos.
- (C) recebe ativos contingentes ou serviços ou tem passivos extintos e, em contrapartida, entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca.
- (D) não arrecada diretamente os seus recursos financeiros, ou seja, a arrecadação se faz por intermédio de agentes arrecadadores fiéis depositários.
- (E) arrecada diretamente os seus recursos financeiros, ou seja, a arrecadação se faz por intermédio de agentes arrecadadores fiéis depositários.

97. Assinale a alternativa que apresenta corretamente as duas categorias de concessões de serviços públicos.

- (A) Concessões públicas e as concessões privadas.
- (B) Concessões ordinárias e as concessões administrativas.
- (C) Concessões administrativas e as concessões privadas.
- (D) Concessões comuns e as concessões especiais.
- (E) Concessões públicas e as concessões patrocinadas.

98. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) será obrigatória apenas para

- (A) as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas.
- (B) as empresas estatais independentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas.
- (C) o poder executivo, legislativo e judiciário.
- (D) os fundos especiais e consórcios públicos.
- (E) as entidades do setor público.

99. Determinada empresa aplicou um capital de R\$ 100.000,00 à taxa de juros simples de 10% ao mês, durante 20 meses. Com base nessas informações, qual é o valor do montante durante o período de 20 meses?

- (A) R\$ 200.000,00.
- (B) R\$ 300.000,00.
- (C) R\$ 100.000,00.
- (D) R\$ 50.000,00.
- (E) R\$ 10.000,00.

100. Considere que uma empresa, aplicou um capital de R\$ 50.000,00 à taxa de juros compostos de 10% ao mês. Ao final de 5 meses, esse investimento gerará um montante no valor de

- (A) R\$ 60.500,00.
- (B) R\$ 66.500,00.
- (C) R\$ 73.205,00.
- (D) R\$ 80.525,50.
- (E) R\$ 82.505,50.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

PERITO OFICIAL CRIMINAL - ÁREA 1 - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

TARDE

PROVA
02

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Projetos e Ações: Papo de Resposta

O Programa Papo de Resposta foi criado por policiais civis do Rio de Janeiro. Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe para o Estado.

O 'Papo de Resposta' é um programa de educação não formal que – por meio da palavra e de atividades lúdicas – discute temas diversos como prevenção ao uso de drogas e a crimes na internet, bullying, direitos humanos, cultura da paz e segurança pública, aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convida o Papo de Resposta, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade. No primeiro ciclo, denominado de "Papo é um Papo", a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o "Papo no Chão", os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição. Por fim, acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles e também como os adolescentes reagiram diante das novas informações.

Disponível em <<https://pc.es.gov.br/projetos-e-acoas>>. Acesso em: 30/ jan./2019.

- O nome escolhido para o projeto revela uma variante linguística escolhida com o objetivo comunicativo de**
 - disfarçar um preconceito linguístico.
 - denotar expressividade, ao zombar, de maneira criativa, do modo como os jovens falam.
 - aproximar-se do público-alvo, por meio da utilização de uma mesma variante linguística.
 - atingir o público-alvo, marcando intimidade, por meio de uma linguagem formal.
 - revelar a diferença estilística ocupacional, ao usar um jargão dos policiais.
- Em “[...] acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída corretamente, sem que haja alteração semântica ou sintática, por**
 - a fim de que.
 - afim de que.
 - conquanto que.
 - com quanto que.
 - porquanto que.
- De acordo com o Texto, assinale a alternativa correta.**
 - O programa é realizado em todo o país, mas apenas em 2013 foi levado ao Espírito Santo, por meio da polícia carioca.
 - A família dos adolescentes deve acompanhar todas as etapas do projeto social.
 - Os temas trabalhados são escolhidos a partir da necessidade da instituição solicitante.
 - No projeto, busca-se conhecer a perspectiva dos adolescentes, para que, a partir disso, seja imposta uma forma de se comportar corretamente em sociedade.
 - O projeto objetiva levar os adolescentes a seguirem a carreira policial.
- Assinale a alternativa que reescreve a seguinte oração em destaque, utilizando um conector adequado ao sentido que ela expressa.**

“[...] os alunos são os protagonistas e produzem materiais [...], mostrando a

percepção deles sobre a problemática abordada.

- (A) "[...] desde que mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (B) "[...] para mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (C) "[...] quando mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (D) "[...] embora mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada."
- (E) "[...] apesar de mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada."

5. No excerto “[...] aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.”, a preposição “da”, na expressão em destaque, indica

- (A) posse.
- (B) modo.
- (C) meio.
- (D) alvo.
- (E) tempo.

6. Quando se redige um texto manuscrito, é necessário conhecer as regras de separação silábica. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam separação silábica correta.

- (A) Pri-me-i-ro / a-pro-xi-ma-çã-o.
- (B) E-qui-pe / me-i-o.
- (C) Intr-oduz / rea-gi-ram.
- (D) I-ni-ci-a / a-ca-de-mi-a.
- (E) Pro-ce-ss-o / in-sti-tu-i-ção.

7. “Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e [...] trouxe para o Estado”.

A expressão em destaque no excerto apresentado pode ser substituída adequadamente, considerando a escolha pronominal e sua colocação, por

- (A) conheceu-o.
- (B) os conheceu.
- (C) conheceu-lhe.
- (D) conheceu-no.
- (E) lhe conheceu.

8. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no excerto do 2º parágrafo do texto mantenham a correção gramatical, quanto à concordância verbal, no trecho apresentado.

- (A) É discutido temas diversos no programa.
- (B) São trabalhadas palavras e atividades lúdicas.
- (C) Temas como direitos humanos e a cultura da paz aproxima os policiais da comunidade.
- (D) A educação não formal é trabalhado pelo projeto “Papo de resposta”.
- (E) Aproxima-se os policiais da comunidade e dos adolescentes.

9. Assinale a alternativa em que a conjugação e a grafia dos verbos completam adequadamente todas as lacunas da seguinte frase.

“Se algum órgão da comunidade _____ o programa “Papo de Resposta”, os policiais _____ o local e _____ o projeto.

- (A) convocam – visitarão – realizam
- (B) convocasse – visitão – realizarão
- (C) convocar – visitariam – realizão
- (D) convocão – visitam – realizarão
- (E) convoca – visitam – realizam

10. Considere a regência dos verbos em destaque e assinale a alternativa correta.

- (A) O projeto aspira a aproximação com a comunidade.
- (B) O projeto visa à aproximação com a comunidade.
- (C) Como os adolescentes preferem mais as atividades lúdicas, elas são a base da segunda etapa.
- (D) Os policiais capixabas assistem à comunidade no que ela necessita.
- (E) Os policiais capixabas visam na comunidade o que ela necessita.

11. Dentre os processos existentes para formar novas palavras, verifica-se que o substantivo “resposta” é formado por

- (A) derivação prefixal.
- (B) derivação parassintética.
- (C) redução.
- (D) hibridismo.
- (E) composição por aglutinação.

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15.



Disponível em: <<https://meumundocommafalda.wordpress.com/2013/03/09/tirinha-no-92/>>. Acesso em 01/fev./2019.

12. De acordo com a tirinha da Mafalda, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As formigas são elementos que tematizam os pequenos problemas cotidianos.
- (B) A atitude do pai da Mafalda e da Mafalda opõem-se.
- (C) O texto suscita uma crítica a reações desproporcionais diante de situações corriqueiras.
- (D) A menção à morte das duas pessoas indica que a guerra do Vietnã foi uma tragédia sem precedentes.
- (E) O verbo no presente em “Não há desgraça pior do que as formigas!” visa indicar que o conteúdo dessa afirmação é um problema constante.

13. Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem presente no segundo quadrinho da tira.

- (A) Pleonasma.
- (B) Metonímia.
- (C) Antonomásia.
- (D) Eufemismo.
- (E) Hipérbole.

14. Em “Que tragédia!”, o “Que” tem função de

- (A) advérbio.
- (B) substantivo.
- (C) pronome relativo.
- (D) conjunção integrante.
- (E) interjeição.

15. Considere os elementos da comunicação e as funções da linguagem na tira da Mafalda e assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A personagem Mafalda aparece como uma receptora da mensagem enunciada por seu pai.
- (B) O rádio funciona como um canal de comunicação.
- (C) Em “Formigas!”, há ênfase na função fática.
- (D) Em “Mais vítimas na guerra do Vietnã [...]”, há ênfase na função referencial.
- (E) Em “Não há desgraça maior que formigas”, há ênfase na função emotiva.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. O amparo assistencial e previdenciário do Estado ao funcionário policial e sua família compreenderá, EXCETO

- (A) pensões especiais.
- (B) frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.
- (C) previdência e seguro social.
- (D) assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creche.
- (E) assistência judiciária, para processos judiciais decorrentes do exercício ou não do cargo.

17. No que se refere à responsabilização do funcionário policial pelo exercício irregular de suas atribuições, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.
- (B) a responsabilidade civil decorre unicamente de procedimento doloso; que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou terceiros.
- (C) o agente executante, no cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.
- (D) o funcionário policial que deixar habitualmente de saldar dívidas legítimas não estará cometendo transgressão disciplinar.
- (E) a indenização do prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento do funcionário policial, desde que autorizado por escrito pelo funcionário.

18. A respeito das licenças permitidas ao funcionário policial, é correto afirmar que

- (A) o funcionário policial não poderá ser licenciado para tratar de interesses particulares.
- (B) a licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do funcionário policial, não podendo ser concedida “ex-offício”.
- (C) o funcionário policial poderá, atendidos os requisitos legais, obter licença por motivo de doença nas pessoas dos pais, do cônjuge, dos filhos ou pessoas que vivam às suas expensas e que constem do seu assentamento individual.

- (D) o funcionário policial acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) ao funcionário policial que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

19. Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria e proventos do funcionário policial.

- (A) Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço quando o funcionário policial invalidar-se por acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou pela constatação de doença profissional.
- (B) Nenhuma aposentadoria terá seu provento inferior a 50% do vencimento do respectivo cargo.
- (C) As gratificações de função policial civil e de risco de vida incorporam-se ao provento de aposentadoria, independentemente do tempo de percepção.
- (D) A concessão da aposentadoria é de competência do Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
- (E) Em nenhuma hipótese, os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

20. Recompensa é o reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial. Sobre recompensa, assinale a alternativa correta.

- (A) O elogio não é considerado uma recompensa pelo Estatuto do Funcionário Policial do Espírito Santo.
- (B) A concessão de Medalhas a título de recompensas, nos termos da lei, se dará por meio de decreto do Poder Executivo.
- (C) A Medalha do Serviço Policial destina-se a premiar o funcionário policial que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial ou para a sociedade.
- (D) A dispensa total do serviço até 30 dias é recompensa concedida pelo reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial.
- (E) A Medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o funcionário policial pelos bons serviços prestado à causa da ordem pública, ao organismo policial e à coletividade policial.

21. Assinale a alternativa correta acerca do controle e da fiscalização da administração.

- (A) A competência do sistema de controle interno nos poderes da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e autárquica.
- (B) O controle judicial se sobrepõe ao controle administrativo.
- (C) Os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizarem função administrativa, sujeitar-se-ão ao controle interno e externo.
- (D) O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e na fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.
- (E) O controle externo no Brasil é exercido a priori e a posteriori, mas não de forma concomitante.

22. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- (A) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
- (C) Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
- (D) As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
- (E) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

23. Assinale a alternativa correta acerca de Estado, Governo e Administração Pública.

- (A) Segundo a Constituição Federal, a tripartição de funções é absoluta no âmbito do aparelho do Estado.
- (B) O estudo da administração pública, do ponto de vista subjetivo, abrange a maneira como o Estado participa das atividades econômicas privadas.
- (C) O Estado constitui a nação politicamente organizada, enquanto a administração pública corresponde à atividade que estabelece objetivos do Estado, conduzindo politicamente os negócios públicos.
- (D) Os conceitos de governo e administração não se equiparam; o primeiro refere-se a uma atividade essencialmente política, ao passo que o segundo, a uma atividade eminentemente técnica.
- (E) Tradicionalmente, na Doutrina, os elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade linguística e o governo.

24. Assinale a alternativa correta acerca de conceito e fontes do Direito Administrativo.

- (A) O sistema de direito administrativo anglo-americano teve origem na França e é focado, essencialmente, em reger as relações entre cidadãos e Administração, fixando prerrogativas e deveres à Administração.
- (B) O sistema de direito administrativo europeu continental deixa para o âmbito do direito privado as relações entre Estado e cidadãos. A jurisdição é una, exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (C) Os costumes não constituem fonte do direito administrativo.
- (D) O Direito Administrativo, dentre outros conceitos, pode ser definido como o ramo do direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- (E) O direito administrativo visa à regulação das relações jurídicas entre servidores e entre estes e os órgãos da administração, ao passo que o direito privado regula a relação entre os órgãos e a sociedade.

25. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo.

- (A) O princípio administrativo do interesse público é um princípio implícito da administração pública.
- (B) O princípio da legalidade no direito administrativo preconiza que o administrador público está sujeito às exigências do bem comum, e delas não se pode afastar ou desviar, sendo que o cidadão poderá fazer tudo o que a lei não proíba e o administrador público poderá fazer tão somente o que diz a lei.
- (C) Os princípios do direito administrativo são apenas os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- (D) O princípio da isonomia manifesta a imposição da administração em divulgar seus atos que são divulgados no diário oficial, seja da União, do Estado ou do município, na forma de obrigação constante na lei para garantir a transparência da administração.
- (E) O princípio da eficiência não está implícito em outros princípios.

26. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

- (A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.
- (B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.
- (C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

27. Assinale a alternativa correta acerca da extinção, desfazimento e sanatória do ato administrativo.

- (A) A anulação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se inoportuno ou inconveniente.

- (B) A revogação ocorre quando há um vício no ato relativo à legalidade ou legitimidade; nunca por questões de mérito administrativo.
- (C) A revogação é um ato discricionário e tem como critério a conveniência e oportunidade.
- (D) A extinção objetiva do ato se dá pelo desaparecimento do sujeito detentor do benefício do ato.
- (E) A designação de ato administrativo abrange toda atividade desempenhada pela administração.

28. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos atos administrativos.

- (A) Os atos administrativos têm origem no Estado ou em agentes investidos de prerrogativas estatais.
- (B) Todo ato praticado no exercício da função administrativa consiste em ato da administração.
- (C) A morte de um funcionário que gera vacância de um cargo não é considerada um ato administrativo.
- (D) Os atos administrativos incluem os despachos de encaminhamento de papéis e os processos.
- (E) Os fatos administrativos não admitem nem anulação nem revogação.

29. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes administrativos.

- (A) O fundamento do poder de polícia é a predominância do interesse público sobre o particular, o que torna ilegítima qualquer discricionariedade no exercício desse poder.
- (B) O Judiciário não pode exercer o poder hierárquico por ser este exclusivo do Executivo.
- (C) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.
- (D) Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.
- (E) A remoção de ofício de um servidor, como forma de puni-lo por faltas funcionais, configura abuso de poder.

30. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos poderes administrativos.

- (A) O poder regulamentar consiste na possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar atos administrativos gerais e abstratos, expedidos para dar fiel execução da lei.
- (B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- (C) O poder hierárquico é o poder de que dispõe a administração para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- (D) O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.
- (E) É possível que o agente administrativo avoque para a sua esfera decisória a prática de ato de competência natural de outro agente de mesma hierarquia, para evitar a ocorrência de decisões eventualmente contraditórias.

Noções de Direito Processual Penal

31. Sobre as prisões cautelares admitidas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa que reproduz corretamente conceito jurídico ou dispositivo legal.

- (A) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, logo após ocorrer situação que faça suspeitar ser ele o autor da infração.
- (B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante ainda que com o condutor assinem outras duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- (C) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal com arbitramento de fiança.
- (D) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo, quando, por motivos de saúde, não puder aguardar o restabelecimento da primeira.

- (E) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

32. Sobre processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, tais como os peritos criminais, assinale a alternativa correta de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A juntada de inquérito policial preparatório é indispensável nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito.
- (B) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias úteis.
- (C) A notificação do acusado para, previamente ao recebimento da denúncia, manifestar-se sobre o tema, apresentando sua defesa e evitando que seja a inicial recebida, se estende ao particular que seja coautor ou partícipe.
- (D) O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- (E) Caso seja recebida a denúncia ou queixa, a despeito da impugnação formulada pelo funcionário, é dispensável que ele tome ciência disso mediante citação formal, podendo defender-se nos autos do processo-crime como integrante formal do polo passivo.

33. Qual é o caráter do inquérito policial no direito brasileiro?

- (A) Negocial jurídico de direito público.
- (B) Meio processual constitucional de impugnação de delito.
- (C) Procedimento de cunho militar quando iniciado por lavratura de boletim de ocorrência pela Polícia Militar.
- (D) Parametrização de direito privado até o recebimento da denúncia ou queixa.
- (E) Procedimento administrativo preparatório.

34. Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício pela autoridade policial.
- (B) a requerimento do ofendido ou, se ausente, ao cônjuge, ascendente, descendente ou seu irmão.
- (C) por requisição do Poder Judiciário.
- (D) com a lavratura de boletim de ocorrência de terceiro interessado ao fato e alheio ao ofendido.
- (E) por requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido.

35. Sobre a disciplina do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá intimar o indiciado para que o mesmo seja interrogado em Juízo sob pena de incorrer em crime de desobediência.
- (B) A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado no curso do inquérito policial e enviará autos ao membro do Ministério Público para que dê sua opinião sobre o eventual delito.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se o Ministério Público ou o ofendido não mais requisitarem ou requererem novas diligências.
- (E) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá enviar os peritos criminais ao local imediatamente enquanto ouve o ofendido na sede do distrito policial.

36. O Código de Processo Penal descreve a fase probatória do inquérito policial e do processo penal, devendo os agentes estatais cumprirem seus dispositivos. Sobre o tema "prova", é correto afirmar que

- (A) o Juízo poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação se eles forem originários de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (B) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, vedado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de

diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

- (C) o Juízo deve ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando seu poder geral de cautela.
- (D) as partes, pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, têm o direito de participar da colheita da prova, influndo na sua formação, dentro de critérios regrados, porém o réu não tem o direito de tomar ciência das provas coletadas em grau sigiloso, exceto quando sobrevier seu interrogatório judicial.
- (E) o exame do corpo de delito não é considerado meio de prova direto ou indireto, mas tão somente peça processual integrante do acervo inquisitorial.

37. Sobre o regramento das provas ilícitas e das provas derivadas das ilícitas, assinale a alternativa completamente correta.

- (A) As provas ilícitas devem ser autuadas em apartado dos autos originários, para que sejam devidamente arquivadas caso se façam necessárias em outros procedimentos na perspectiva da prova emprestada.
- (B) Quando as provas derivadas das ilícitas puderem ser obtidas por uma fonte independente das provas originárias ilícitas, o Juízo ordenará o desentranhamento delas, sob pena de prevaricação.
- (C) A decisão que determina o desentranhamento da prova declarada inadmissível não pode ser eivada de preclusão, prescrição ou decadência.
- (D) A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.
- (E) Considera-se fonte independente aquela que por si só ou conjuntamente, seguindo os trâmites típicos ou atípicos, próprios da instrução processual, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

- 38. Tratando das provas penais admissíveis pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**
- (A) Exame de corpo de delito é a verificação da prova da existência do crime, feita por peritos, diretamente, ou por intermédio de outras evidências, quando os vestígios, ainda que materiais, desapareceram.
 - (B) Vestígio material é aquele tal qual o rastro do crime que se perde tão logo a conduta criminosa finda, pois não é mais captável nem passível de registro pelos sentidos humanos.
 - (C) Quando a infração deixar vestígios (o rastro, a pista ou o indício deixado por algo ou alguém), será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
 - (D) O exame do corpo de delito será prioritário tão somente em crimes contra a dignidade sexual e em delitos envolvendo violência física contra crianças.
 - (E) O exame de corpo de delito só poderá ser feito em qualquer hora de dia matutino ou vespertino, ou em períodos em que a luz solar possa iluminar o objeto.
- 39. Tratando das perícias em geral, com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**
- (A) Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.
 - (B) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
 - (C) O laudo sobre o cadáver encontrado deve ser redigido pelos peritos de maneira textual e descritiva, sendo vedado qualquer desenho que não represente a fotografia real do corpo.
 - (D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e, obrigatoriamente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
 - (E) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, sendo vedado aos peritos fazer a autópsia antes daquele prazo.

- 40. A respeito da produção probatória no processo penal brasileiro, assinale a alternativa integralmente correta.**
- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental produzida por terceiro poderá suprir-lhe a falta.
 - (B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar exclusivamente por determinação da autoridade policial, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do ofendido.
 - (C) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.
 - (D) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e objetivamente descreverão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.
 - (E) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á que, para a comparação, unicamente servirão aqueles documentos que já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de punho da pessoa analisada.

Noções de Direito Penal

- 41. Uma conduta ilícita é contrária ao direito. Porém pode haver conduta típica que não seja ilícita, aparecendo as chamadas excludentes de ilicitude. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.**
- (A) Somente não será considerado crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade e legítima defesa.
 - (B) As excludentes de ilicitude são apenas as definidas em Lei, especificamente determinadas pelo Código Penal, chamadas de excludentes de ilicitude legais.
 - (C) No estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o sujeito não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
 - (D) Pode agir em estado de necessidade aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo.

- (E) São requisitos legais do estado de necessidade: perigo atual; ameaça a direito próprio ou alheio; situação não causada voluntariamente pelo sujeito; inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.
- 42. Em alguns casos, o crime exige uma condição especial do sujeito ativo, podendo ser classificado em crimes comuns, próprios, de mão própria, bi próprios, etc. Referente ao tema, assinale a alternativa correta.**
- (A) Crime próprio pode ser praticado por qualquer pessoa, não sendo exigida uma condição ou qualidade especial do sujeito ativo.
- (B) Crimes funcionais são crimes praticados por funcionários públicos contra a administração. Esses crimes admitem a coautoria e a participação de terceiros, podendo esse terceiro ser funcionário público ou não.
- (C) O crime de falso testemunho é considerado um crime próprio, podendo ser praticado por qualquer pessoa, portanto a lei não exige uma qualidade especial do sujeito ativo.
- (D) O sujeito ativo pode ser tanto quem realiza o verbo típico ou possui o domínio finalista do fato como quem, de qualquer outra forma, concorre para o crime, sendo representado apenas pelo autor e coautor.
- (E) O sujeito ativo, para poder ser responsabilizado, será pessoa física, não podendo ser pessoa jurídica conforme determina a Constituição Federal.
- 43. É importante a fixação do tempo em que o crime se considera praticado para, entre outras coisas, compreender a lei que deverá ser utilizada, aplicada, e estabelecer a imputabilidade do sujeito. Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a**
- (A) Teoria da Relatividade.
- (B) Teoria da Consumação.
- (C) Teoria da Atividade.
- (D) Teoria da Ubiquidade.
- (E) Teoria da Habitualidade.
- 44. João subtrai para si um pacote de bolachas no valor de R\$ 10,00 de um grande supermercado e o fato se encaixa formalmente no art. 155 do Código Penal. Em virtude da inexpressividade da lesão causada ao patrimônio da vítima e pelo desvalor da conduta, incide o princípio**
- da insignificância que tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como excludente de**
- (A) punibilidade.
- (B) tipicidade material.
- (C) culpabilidade.
- (D) ilicitude formal.
- (E) executividade.
- 45. Segundo o art. 6º do Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria se produzir o resultado. Existem várias teorias acerca do lugar do crime. Qual é a Teoria adotada pelo Código Penal vigente?**
- (A) Teoria da Atividade.
- (B) Teoria do Resultado.
- (C) Teoria da Ubiquidade.
- (D) Teoria do Assentimento.
- (E) Teoria da Relatividade.
- 46. A extraterritorialidade presente no art. 7º do Código Penal se divide em condicionada e incondicionada. Na extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei nacional a determinados crimes cometidos fora do território, independentemente de qualquer condição, ainda que o acusado seja absolvido ou condenado no estrangeiro, EXCETO**
- (A) quando o crime for contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- (B) quando o crime for contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
- (C) no caso de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (D) quando, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir o crime praticado.
- (E) quando o crime for contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

47. O crime de homicídio, art. 121 do Código Penal, é classificado doutrinariamente como um crime

- (A) de dano, material e instantâneo de efeitos permanentes.
- (B) vago, permanente e multitudinário.
- (C) próprio, de perigo e exaurido.
- (D) comum, forma livre e concurso necessário de agentes.
- (E) de mão própria, habitual e de forma vinculada.

48. Dentre as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Crime de dupla subjetividade passiva é o crime que tem obrigatoriamente dois ou mais sujeitos passivos.
- (B) O crime de estupro, art. 213 do CP, é um crime bipróprio, sendo que os sujeitos são determinados, não sendo possível ser praticado por qualquer pessoa.
- (C) Podem ser sujeitos passivos de crime os entes despersonalizados, pessoa ainda não nascida, incapazes, animais e recém-nascido.
- (D) Sujeito passivo e sujeito prejudicado são sinônimos, possuindo o mesmo significado: a pessoa física ou jurídica que sofre as consequências diretas da infração penal.
- (E) Uma pessoa pode ser simultaneamente sujeito ativo e sujeito passivo do mesmo crime.

49. Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- (B) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- (C) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.
- (D) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.
- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

50. Dentre as seguintes alternativas, assinale a INCORRETA.

- (A) O jurado pode ser responsabilizado criminalmente por crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtrair “para si ou para outrem” comete crime de “peculato furto”.
- (C) No crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva, o sujeito ativo é somente o funcionário público.
- (D) Ocorrerá crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- (E) Pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

Conhecimentos Específicos

51. Determinada empresa aplicou um capital de R\$ 100.000,00 à taxa de juros simples de 10% ao mês, durante 20 meses. Com base nessas informações, qual é o valor do montante durante o período de 20 meses?

- (A) R\$ 200.000,00.
- (B) R\$ 300.000,00.
- (C) R\$ 100.000,00.
- (D) R\$ 50.000,00.
- (E) R\$ 10.000,00.

52. Considere que uma empresa, aplicou um capital de R\$ 50.000,00 à taxa de juros compostos de 10% ao mês. Ao final de 5 meses, esse investimento gerará um montante no valor de

- (A) R\$ 60.500,00.
- (B) R\$ 66.500,00.
- (C) R\$ 73.205,00.
- (D) R\$ 80.525,50.
- (E) R\$ 82.505,50.

53. Conforme a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a característica qualitativa da confiabilidade foi redenominada para

- (A) verificabilidade.
- (B) compreensibilidade.
- (C) comparabilidade.

- (D) representação fidedigna.
- (E) relevância.

54. Segundo as normas e a doutrina contábil, a conta de ajustes de avaliação patrimonial poderá apresentar saldo de natureza

- (A) devedora, credora ou saldo nulo e será classificada no patrimônio líquido.
- (B) somente devedora e será classificada no patrimônio líquido.
- (C) somente credora e será classificada no patrimônio líquido.
- (D) devedora, credora ou saldo nulo e será classificada no ativo.
- (E) devedora, credora ou saldo nulo e será classificada no passivo.

55. Para compor o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), serão sempre convidados para participar representantes dos seguintes órgãos:

- (A) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- (B) Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- (C) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- (D) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA).
- (E) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Banco do Brasil.

56. Em relação à natureza contábil das contas, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. As contas do ativo aumentam a débito e consequentemente diminuem a crédito.

II. As contas do passivo e patrimônio líquido aumentam a crédito e consequentemente diminuem a débito.

III. As contas de receitas e despesas têm natureza devedora e consequentemente diminuem a crédito.

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II.
- (E) Apenas III.

57. NÃO deve constar, como elemento mínimo na estrutura do balancete de verificação, o/a(s)

- (A) identificação da entidade.
- (B) abrangência.
- (C) identificação das contas e respectivos grupos.
- (D) saldos das contas, indicando se devedores ou credores.
- (E) movimento individual das contas.

58. A perda do valor de um ativo, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração, denominar-se-á

- (A) amortização.
- (B) depreciação.
- (C) exaustão.
- (D) avaliação.
- (E) provisão.

59. Os estoques de mercadorias fungíveis destinados à venda poderão ser avaliados quando aceitos pela técnica contábil a valor

- (A) de mercado.
- (B) presente.
- (C) original.
- (D) de reposição.
- (E) justo.

60. Nas entidades societárias, as demonstrações financeiras deverão ser assinadas pelo(s)

- (A) administradores e por contabilistas legalmente habilitados.
- (B) auditores e contadores legalmente habilitados.
- (C) contador legalmente habilitado.
- (D) administrador legalmente habilitado.
- (E) contador legalmente habilitado e auditor independente.

61. Nas demonstrações financeiras das sociedades anônimas, as contas semelhantes poderão ser agrupadas e os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem

- (A) 0,1 do valor do respectivo grupo de contas.
- (B) 0,2 do valor do respectivo grupo de contas.
- (C) 0,3 do valor do respectivo grupo de contas.
- (D) 0,4 do valor do respectivo grupo de contas.
- (E) 0,5 do valor do respectivo grupo de contas.

62. Na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), as variações cambiais ativas serão classificadas como

- (A) receitas.
- (B) insumos adquiridos de terceiros.
- (C) remuneração de capital próprio.
- (D) valor adicionado recebido em transferência.
- (E) remuneração de capital de terceiros.

63. Acerca da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), assinale a alternativa correta.

- (A) A DLPA evidenciará o montante de dividendos por ação do capital social.
- (B) A DLPA não evidenciará a reserva de lucros a realizar.
- (C) A DLPA deverá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).
- (D) A DLPA não evidenciará a distribuição de dividendos.
- (E) A DLPA não evidenciará a parcela dos lucros incorporada ao capital social.

64. A aquisição de uma propriedade de jazidas minerais deverá ser registrada e classificada no Balanço Patrimonial como um ativo

- (A) intangível.
- (B) imobilizado.
- (C) diferido.
- (D) contingente.
- (E) financeiro.

65. Nos termos da legislação societária, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos(as)

- (A) reservas de capital, pelas reservas de lucros e pelas provisões antes das participações societárias.
- (B) lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal.

- (C) participações estatutárias, pelos dividendos distribuídos e pelos lucros acumulados.
- (D) lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pelas reservas de reavaliação.
- (E) reservas de reversão de provisões, pelos lucros acumulados e pela reserva legal.

66. Determinada empresa realizou as seguintes transações:

- adquiriu mercadorias para revenda, com pagamento à vista, no ato da entrega, no valor de R\$ 200.000,00. Nesse valor, estão incluídos os tributos não recuperáveis no valor de R\$ 30.000,00;
- vendeu mercadorias, à vista, de 80% das mercadorias adquiridas por R\$ 360.000,00, com entrega imediata. A transação teve a incidência dos tributos sobre a venda no valor de R\$ 45.000,00;
- incorreu em despesas administrativas no valor de R\$ 5.000,00 pagas no período; e
- sabendo-se que o seu estoque inicial era igual a zero.

Considerando as informações apresentadas, o resultado dessas transações gerou um lucro bruto no valor de

- (A) R\$ 315.000,00.
- (B) R\$ 270.000,00.
- (C) R\$ 200.000,00.
- (D) R\$ 179.000,00.
- (E) R\$ 155.000,00.

67. Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2014, uma máquina no valor de R\$ 130.000,00 a prazo, sendo esse valor registrado no seu ativo imobilizado. Na data da aquisição, o bem foi colocado em uso e a empresa estimou que a vida útil será de 10 anos e o seu valor residual de R\$ 30.000,00. Sabendo-se que a empresa utiliza o método linear para o cálculo da depreciação. Com base nessas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 foi, em reais,

- (A) 130.000,00.
- (B) 120.000,00.
- (C) 110.000,00.
- (D) 100.000,00.
- (E) 90.000,00.

68. Analise os seguintes registros contábeis relativos aos gastos com a folha de pagamento dos funcionários de uma determinada empresa:

Salários	R\$ 50.000,00
Horas extras trabalhadas	R\$ 5.500,00
Imposto de renda retido na fonte	R\$ 5.600,00
Contribuição para o INSS, empregado	11%
Contribuição para o INSS, empregador	20%
Depósito do FGTS	8%
Insalubridade	R\$ 2.500,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que a despesa total do empregador, com a folha de pagamento, será de

- (A) R\$ 71.040,00.
- (B) R\$ 64.000,00.
- (C) R\$ 81.408,00.
- (D) R\$ 74.240,00.
- (E) R\$ 69.600,00.

69. Acerca da apresentação de transações em moeda estrangeira na moeda funcional, analise a seguinte situação:

A empresa X obteve, em 31/12/2015, um empréstimo bancário internacional, no valor de 20 mil dólares, com vencimento para 05 anos, sabendo que não há incidência de juros sobre o empréstimo. Dados complementares da transação:

Cotação do dólar em 31/12/2015	R\$ 3,10
Cotação do dólar em 31/12/2016	R\$ 3,20
Cotação do dólar em 31/12/2017	R\$ 3,50
Cotação média do dólar	R\$ 3,27

Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta o valor do empréstimo registrado no balanço patrimonial em 31/12/2017.

- (A) R\$ 70.000,00.
- (B) R\$ 65.400,00.
- (C) R\$ 64.000,00.

- (D) R\$ 62.000,00.
- (E) R\$ 60.000,00.

70. A empresa investidora S.A. possui 80% das ações da Cia. Investida. Em 2018, a Cia. Investida distribuiu dividendos com pagamento à vista no valor de R\$ 250.000,00. Ao contabilizar esse fato, a empresa investidora S.A. debitou caixa e creditou

- (A) receita operacional.
- (B) receita de dividendos.
- (C) outras receitas.
- (D) investimentos.
- (E) receita de equivalência patrimonial.

71. O tratamento contábil conferido na Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), quanto aos recebimentos e pagamentos de caixa por seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice, deverá ser classificado na atividade

- (A) operacional.
- (B) investimento.
- (C) financiamento.
- (D) orçamentária.
- (E) patrimonial.

72. O capital circulante líquido representa a diferença entre o ativo

- (A) não circulante e o passivo circulante.
- (B) circulante e o passivo circulante.
- (C) não circulante e o passivo não circulante.
- (D) não circulante e o patrimônio líquido.
- (E) total e o passivo total.

73. Em relação à alavancagem financeira, é correto afirmar que ela mede

- (A) a variação do lucro operacional em relação à sensibilidade no giro do ativo circulante.
- (B) a margem de endividamento da empresa em relação à composição patrimonial.
- (C) a razão entre a variação percentual do lucro líquido e a variação percentual da margem de segurança.
- (D) a razão entre o retorno sobre o patrimônio líquido e o retorno sobre o ativo da entidade.
- (E) a razão entre a variação percentual da margem de contribuição em relação à margem de segurança.

74. Analise as informações na seguinte tabela de gastos, disponibilizadas por uma fábrica em determinado período.

Gastos	R\$
Mão de obra direta da fábrica	20.000,00
Energia elétrica da administração	5.000,00
Embalagens consumidas	2.500,00
Material de expediente da administração	3.000,00
Despesas administrativas	2.500,00
Aluguel da fábrica	5.000,00

Conforme informações da contabilidade de custos, a fábrica produz um único produto. Nesse sentido, é correto afirmar que os custos totalizam

- (A) R\$ 32.500,00.
- (B) R\$ 27.500,00.
- (C) R\$ 38.000,00.
- (D) R\$ 33.000,00.
- (E) R\$ 36.500,00.

75. Considere as seguintes informações extraídas da contabilidade de uma fábrica:

- **Custo de oportunidade: R\$ 2.000,00;**
- **Custo fixo total: R\$ 10.000,00;**
- **Custo variável unitário: R\$ 20,00;**
- **Preço de venda unitário: R\$ 80,00.**

Com base nessas informações, o ponto de equilíbrio econômico em unidades é de

- (A) 120 unidades.
- (B) 80 unidades.
- (C) 100 unidades.
- (D) 200 unidades.
- (E) 300 unidades.

76. Referente às nomenclaturas aplicáveis à contabilidade de custos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Custos são gastos relativos a bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços.
- (B) Desembolsos são pagamentos resultantes da aquisição de um bem ou serviço.

- (C) Investimentos são gastos ativados em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuros períodos.
- (D) Despesas são bens ou serviços consumidos diretamente ou indiretamente para a obtenção de receitas.
- (E) As perdas anormais no processo de produção são consideradas parte do custo dos produtos.

77. A respeito da auditoria, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. **O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.**
- II. **As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração com supervisão geral dos responsáveis pela governança.**
- III. **É função precípua da auditoria a detecção de erros e fraudes nas entidades, com base nos registros contábeis existentes.**

- (A) Apenas II.
- (B) I, II e III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas I.

78. A perícia contábil arbitral é de competência exclusiva para

- (A) contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- (B) bacharel em Ciências Contábeis.
- (C) contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- (D) técnico de contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- (E) economista registrado no Conselho de Economia.

79. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite

- (A) os objetivos da perícia deferida ou contratada.
- (B) a identificação do processo e das partes.
- (C) a síntese do objeto da perícia.
- (D) a metodologia adotada para os trabalhos periciais e esclarecimentos.
- (E) o lapso temporal da perícia a ser realizada.

80. A perícia contábil do tipo voluntária é aquela

- (A) exercida sob o controle da legislação societária e supervisão judicial.
- (B) exercida sob o controle da legislação de arbitragem e supervisão judicial.
- (C) executada sob o controle de órgão do Estado e supervisão judicial.
- (D) exercida sob a tutela da justiça e supervisão governamental.
- (E) contratada espontaneamente pelo interessado ou de comum acordo entre as partes.

81. Assinale a alternativa que apresenta a modalidade de licitação que poderá instituir prêmios ou remunerações aos vencedores.

- (A) Pregão.
- (B) Concorrência.
- (C) Tomada de Preços.
- (D) Convite.
- (E) Concurso.

82. Acerca da modalidade de licitação pregão, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No pregão, para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço e melhor técnica.
- (B) Não é possível o uso do pregão para locações imobiliárias, obras e alienações em geral.
- (C) O prazo de publicidade do pregão é de, no mínimo, 8 dias úteis.
- (D) O pregão pode ser utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns.
- (E) Dentre as regras da fase preparatória do pregão, a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

83. É um instrumento de planejamento da ação do Governo, por meio da identificação dos seus programas de trabalho, projetos e atividades, com estabelecimento de objetivos e metas a serem implementados e previsão dos custos relacionados. Pode ser definido como elo entre planejamento, orçamento e gestão. Essa técnica orçamentária é denominada

- (A) orçamento tradicional.
- (B) orçamento base zero.

- (C) orçamento-programa.
- (D) orçamento participativo.
- (E) orçamento por competência.

84. Na entidade do setor público, deverá ser classificada como despesa extraorçamentária o pagamento de

- (A) material de consumo.
- (B) salários e encargos.
- (C) serviços de terceiros.
- (D) restos a pagar.
- (E) fatura de energia elétrica.

85. Referente aos créditos adicionais suplementares, assinale a alternativa correta.

- (A) São destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (B) São destinados a despesas urgentes e imprevisíveis.
- (C) A indicação da origem dos recursos é facultativa.
- (D) São autorizados por Lei e abertos por Decreto do Poder Executivo.
- (E) A autorização legislativa é posterior à abertura do crédito.

86. O Estado do Espírito Santo deseja adquirir um imóvel, que já está em utilização, com o objetivo de instalar a sua sede administrativa. Caso essa despesa pública aconteça, o contador deverá classificar como

- (A) despesa corrente.
- (B) transferência de capital.
- (C) inversão financeira.
- (D) investimento.
- (E) subvenção social.

87. Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Não é permitido um lançamento contábil que debite uma conta da classe 1 e credite uma conta da classe 5.
- (B) A previsão de receita e a fixação de despesa são contas de natureza devedora e credora na classificação orçamentária.
- (C) A natureza de informação orçamentária registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- (D) O PCASP é dividido em 8 classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações.
- (E) O PCASP é estruturado para facilitar a análise das informações, conforme as naturezas de informação orçamentária, patrimonial e de controle.

88. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o Balanço Orçamentário é composto por

- (A) quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processados, quadro da execução dos restos a pagar processados e quadro das contas de compensação.
- (B) quadro secundário, quadro da execução dos restos a pagar não processados, quadro da execução dos restos a pagar processados e quadro das contas de compensação.
- (C) quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processados e quadro da execução dos restos a pagar processados.
- (D) quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processados, quadro da execução dos restos a pagar processados e quadro do superávit/déficit financeiro.
- (E) quadro principal, quadro secundário, quadro da execução dos restos processados e não processados.

89. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, uma provisão representa um(a)

- (A) passivo de prazo ou valor incerto.
- (B) passivo de prazo ou valor certo.
- (C) conta retificadora (diminutiva) do ativo.
- (D) passivo contingente de prazo ou valor incerto.
- (E) passivo contingente de prazo ou valor certo.

90. A respeito das variações patrimoniais e o resultado patrimonial nas entidades do setor público, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. **Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA): correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade oriundos de contribuições dos proprietários.**
- II. **Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD): correspondem a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade oriundas de distribuições aos proprietários.**
- III. **O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das VPA e o valor total das VPD, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do período.**

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I.
- (D) Apenas II.
- (E) Apenas III.

91. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, os restos a pagar processados em liquidação compreendem o valor dos restos a pagar

- (A) não processados ainda não liquidados, cujo fato gerador já ocorreu.
- (B) não processados ainda não liquidados, cujo fato gerador não ocorreu.
- (C) processados ainda não liquidados, cujo fato gerador não ocorreu.
- (D) processados ainda não liquidados, cujo fato gerador já ocorreu.
- (E) não empenhados, pendentes de créditos orçamentários.

92. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o tipo correspondente ao último dígito na natureza de receita pública tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza, sendo

- (A) 0 (zero), quando se tratar da arrecadação principal da receita.
- (B) 1 (um), quando se tratar de natureza de receita não valorizável ou agregadora.
- (C) 2 (dois), quando se tratar de multas e juros de mora da respectiva receita.

- (D) 3 (três), quando se tratar de multas e juros de mora da dívida ativa da respectiva receita.
- (E) 4 (quatro), quando se tratar de desdobramentos que poderão ser criados, caso a caso.

93. Acerca dos procedimentos periciais, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O exame é a análise de livros, registros de transações e documentos.
- () A certificação é o ato de atestar a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito.
- () A avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

- (A) V – V – F.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – F – F.

94. O superávit do orçamento corrente na entidade pública é classificado como receita

- (A) corrente, porém não é receita orçamentária.
- (B) corrente, porém é receita orçamentária.
- (C) de capital, porém é receita orçamentária.
- (D) de capital, porém não é receita orçamentária.
- (E) patrimonial, porém é receita orçamentária.

95. Representa o retorno dos recursos anteriormente emprestados pelo poder público a receita

- (A) com operação de crédito.
- (B) com alienação de bens.
- (C) com amortização de empréstimos.
- (D) corrente.
- (E) patrimonial.

96. A dívida ativa na entidade pública abrange os

- (A) créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas.
- (B) créditos a desfavor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas.

- (C) débitos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas.

- (D) créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas.

- (E) créditos a favor da Fazenda Pública, cuja incerteza e liquidez foram apuradas, por terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas.

97. Considere os seguintes fatos a serem registrados na contabilidade de determinado ente público:

- Recebimento de receitas tributárias no valor de R\$ 1.000,00;
- Empenho da despesa no valor de R\$ 900,00;
- Liquidação de despesa corrente no valor de R\$ 700,00;
- Inscrição de Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 700,00;
- Inscrição de Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 200,00.

Com base nas informações apresentadas, o ente público teve um superávit financeiro de

- (A) R\$ 100,00.
- (B) R\$ 200,00.
- (C) R\$ 300,00.
- (D) R\$ 400,00.
- (E) R\$ 500,00.

98. Nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as transações com contraprestação são aquelas em que a entidade

- (A) recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e, em contrapartida, entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca.
- (B) recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e entrega valor aproximadamente igual em troca, prioritariamente sob a forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos.
- (C) recebe ativos contingentes ou serviços ou tem passivos extintos e, em contrapartida, entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca.
- (D) não arrecada diretamente os seus recursos financeiros, ou seja, a arrecadação se faz por intermédio de agentes arrecadadores fiéis depositários.
- (E) arrecada diretamente os seus recursos financeiros, ou seja, a arrecadação se faz por intermédio de agentes arrecadadores fiéis depositários.

99. Assinale a alternativa que apresenta corretamente as duas categorias de concessões de serviços públicos.

- (A) Concessões públicas e as concessões privadas.
- (B) Concessões ordinárias e as concessões administrativas.
- (C) Concessões administrativas e as concessões privadas.
- (D) Concessões comuns e as concessões especiais.
- (E) Concessões públicas e as concessões patrocinadas.

100. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) será obrigatória apenas para

- (A) as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas.
- (B) as empresas estatais independentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas.
- (C) o poder executivo, legislativo e judiciário.
- (D) os fundos especiais e consórcios públicos.
- (E) as entidades do setor público.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

PERITO OFICIAL CRIMINAL - ÁREA 1 - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

TARDE

PROVA
03

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Projetos e Ações: Papo de Resposta

O Programa Papo de Resposta foi criado por policiais civis do Rio de Janeiro. Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe para o Estado.

O 'Papo de Resposta' é um programa de educação não formal que – por meio da palavra e de atividades lúdicas – discute temas diversos como prevenção ao uso de drogas e a crimes na internet, bullying, direitos humanos, cultura da paz e segurança pública, aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convida o Papo de Resposta, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade. No primeiro ciclo, denominado de "Papo é um Papo", a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o "Papo no Chão", os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição. Por fim, acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles e também como os adolescentes reagiram diante das novas informações.

Disponível em <<https://pc.es.gov.br/projetos-e-acoas>>. Acesso em: 30/ jan./2019.

- 1. Considere a regência dos verbos em destaque e assinale a alternativa correta.**
 - (A) O projeto aspira a aproximação com a comunidade.
 - (B) O projeto visa à aproximação com a comunidade.
 - (C) Como os adolescentes preferem mais as atividades lúdicas, elas são a base da segunda etapa.
 - (D) Os policiais capixabas assistem à comunidade no que ela necessita.
 - (E) Os policiais capixabas visam na comunidade o que ela necessita.
- 2. Dentre os processos existentes para formar novas palavras, verifica-se que o substantivo "resposta" é formado por**
 - (A) derivação prefixal.
 - (B) derivação parassintética.
 - (C) redução.
 - (D) hibridismo.
 - (E) composição por aglutinação.
- 3. O nome escolhido para o projeto revela uma variante linguística escolhida com o objetivo comunicativo de**
 - (A) disfarçar um preconceito linguístico.
 - (B) denotar expressividade, ao zombar, de maneira criativa, do modo como os jovens falam.
 - (C) aproximar-se do público-alvo, por meio da utilização de uma mesma variante linguística.
 - (D) atingir o público-alvo, marcando intimidade, por meio de uma linguagem formal.
 - (E) revelar a diferença estilística ocupacional, ao usar um jargão dos policiais.
- 4. Em "[...] acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles [...]", a expressão em destaque pode ser substituída corretamente, sem que haja alteração semântica ou sintática, por**
 - (A) a fim de que.
 - (B) afim de que.
 - (C) conquanto que.
 - (D) com quanto que.
 - (E) porquanto que.

5. De acordo com o Texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O programa é realizado em todo o país, mas apenas em 2013 foi levado ao Espírito Santo, por meio da polícia carioca.
- (B) A família dos adolescentes deve acompanhar todas as etapas do projeto social.
- (C) Os temas trabalhados são escolhidos a partir da necessidade da instituição solicitante.
- (D) No projeto, busca-se conhecer a perspectiva dos adolescentes, para que, a partir disso, seja imposta uma forma de se comportar corretamente em sociedade.
- (E) O projeto objetiva levar os adolescentes a seguirem a carreira policial.

6. Assinale a alternativa que reescreve a seguinte oração em destaque, utilizando um conector adequado ao sentido que ela expressa.

“[...] os alunos são os protagonistas e produzem materiais [...], mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada.”

- (A) “[...] desde que mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
- (B) “[...] para mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
- (C) “[...] quando mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
- (D) “[...] embora mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
- (E) “[...] apesar de mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.

7. No excerto “[...] aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.”, a preposição “da”, na expressão em destaque, indica

- (A) posse.
- (B) modo.
- (C) meio.
- (D) alvo.
- (E) tempo.

8. Quando se redige um texto manuscrito, é necessário conhecer as regras de separação silábica. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam separação silábica correta.

- (A) Pri-me-i-ro / a-pro-xi-ma-çã-o.
- (B) E-qui-pe / me-i-o.
- (C) Intr-oduz / rea-gi-ram.
- (D) I-ni-ci-a / a-ca-de-mi-a.
- (E) Pro-ce-ss-o / in-sti-tu-i-ção.

9. “Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e [...] trouxe para o Estado”.

A expressão em destaque no excerto apresentado pode ser substituída adequadamente, considerando a escolha pronominal e sua colocação, por

- (A) conheceu-o.
- (B) os conheceu.
- (C) conheceu-lhe.
- (D) conheceu-no.
- (E) lhe conheceu.

10. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no excerto do 2º parágrafo do texto mantenham a correção gramatical, quanto à concordância verbal, no trecho apresentado.

- (A) É discutido temas diversos no programa.
- (B) São trabalhadas palavras e atividades lúdicas.
- (C) Temas como direitos humanos e a cultura da paz aproxima os policiais da comunidade.
- (D) A educação não formal é trabalhado pelo projeto “Papo de resposta”.
- (E) Aproxima-se os policiais da comunidade e dos adolescentes.

11. Assinale a alternativa em que a conjugação e a grafia dos verbos completam adequadamente todas as lacunas da seguinte frase.

“Se algum órgão da comunidade _____ o programa “Papo de Resposta”, os policiais _____ o local e _____ o projeto.”

- (A) convocam – visitarão – realizam
- (B) convocasse – visitão – realizarão
- (C) convocar – visitariam – realização
- (D) convocão – visitam – realizarão
- (E) convoca – visitam – realizam

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15.



Disponível em: <<https://meumundocommafalda.wordpress.com/2013/03/09/tirinha-no-92/>>. Acesso em 01/fev./2019.

12. Considere os elementos da comunicação e as funções da linguagem na tira da Mafalda e assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A personagem Mafalda aparece como uma receptora da mensagem enunciada por seu pai.
- (B) O rádio funciona como um canal de comunicação.
- (C) Em “Formigas!”, há ênfase na função fática.
- (D) Em “Mais vítimas na guerra do Vietnã [...]”, há ênfase na função referencial.
- (E) Em “Não há desgraça maior que formigas”, há ênfase na função emotiva.

13. De acordo com a tirinha da Mafalda, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As formigas são elementos que tematizam os pequenos problemas cotidianos.
- (B) A atitude do pai da Mafalda e da Mafalda opõem-se.
- (C) O texto suscita uma crítica a reações desproporcionais diante de situações corriqueiras.
- (D) A menção à morte das duas pessoas indica que a guerra do Vietnã foi uma tragédia sem precedentes.
- (E) O verbo no presente em “Não há desgraça maior que formigas!” visa indicar que o conteúdo dessa afirmação é um problema constante.

14. Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem presente no segundo quadrinho da tira.

- (A) Pleonasma.
- (B) Metonímia.
- (C) Antonomásia.
- (D) Eufemismo.
- (E) Hipérbole.

15. Em “Que tragédia!”, o “Que” tem função de

- (A) advérbio.
- (B) substantivo.
- (C) pronome relativo.
- (D) conjunção integrante.
- (E) interjeição.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria e proventos do funcionário policial.

- (A) Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço quando o funcionário policial invalidar-se por acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou pela constatação de doença profissional.
- (B) Nenhuma aposentadoria terá seu provento inferior a 50% do vencimento do respectivo cargo.
- (C) As gratificações de função policial civil e de risco de vida incorporam-se ao provento de aposentadoria, independentemente do tempo de percepção.
- (D) A concessão da aposentadoria é de competência do Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
- (E) Em nenhuma hipótese, os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

17. Recompensa é o reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial. Sobre recompensa, assinale a alternativa correta.

- (A) O elogio não é considerado uma recompensa pelo Estatuto do Funcionário Policial do Espírito Santo.
- (B) A concessão de Medalhas a título de recompensas, nos termos da lei, se dará por meio de decreto do Poder Executivo.
- (C) A Medalha do Serviço Policial destina-se a premiar o funcionário policial que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial ou para a sociedade.
- (D) A dispensa total do serviço até 30 dias é recompensa concedida pelo reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial.
- (E) A Medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o funcionário policial pelos bons serviços prestado à causa da ordem pública, ao organismo policial e à coletividade policial.

18. O amparo assistencial e previdenciário do Estado ao funcionário policial e sua família compreenderá, EXCETO

- (A) pensões especiais.
- (B) frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.

- (C) previdência e seguro social.
- (D) assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creche.
- (E) assistência judiciária, para processos judiciais decorrentes do exercício ou não do cargo.

19. No que se refere à responsabilização do funcionário policial pelo exercício irregular de suas atribuições, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.
- (B) a responsabilidade civil decorre unicamente de procedimento doloso; que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou terceiros.
- (C) o agente executante, no cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.
- (D) o funcionário policial que deixar habitualmente de saldar dívidas legítimas não estará cometendo transgressão disciplinar.
- (E) a indenização do prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento do funcionário policial, desde que autorizado por escrito pelo funcionário.

20. A respeito das licenças permitidas ao funcionário policial, é correto afirmar que

- (A) o funcionário policial não poderá ser licenciado para tratar de interesses particulares.
- (B) a licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do funcionário policial, não podendo ser concedida "ex-offício".
- (C) o funcionário policial poderá, atendidos os requisitos legais, obter licença por motivo de doença nas pessoas dos pais, do cônjuge, dos filhos ou pessoas que vivam às suas expensas e que constem do seu assentamento individual.
- (D) o funcionário policial acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) ao funcionário policial que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

21. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes administrativos.

- (A) O fundamento do poder de polícia é a predominância do interesse público sobre o particular, o que torna ilegítima qualquer discricionariedade no exercício desse poder.
- (B) O Judiciário não pode exercer o poder hierárquico por ser este exclusivo do Executivo.
- (C) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.
- (D) Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.
- (E) A remoção de ofício de um servidor, como forma de puni-lo por faltas funcionais, configura abuso de poder.

22. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos poderes administrativos.

- (A) O poder regulamentar consiste na possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar atos administrativos gerais e abstratos, expedidos para dar fiel execução da lei.
- (B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- (C) O poder hierárquico é o poder de que dispõe a administração para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- (D) O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.
- (E) É possível que o agente administrativo avoque para a sua esfera decisória a prática de ato de competência natural de outro agente de mesma hierarquia, para evitar a ocorrência de decisões eventualmente contraditórias.

23. Assinale a alternativa correta acerca do controle e da fiscalização da administração.

- (A) A competência do sistema de controle interno nos poderes da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e autárquica.
- (B) O controle judicial se sobrepõe ao controle administrativo.
- (C) Os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizarem função administrativa, sujeitar-se-ão ao controle interno e externo.
- (D) O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e na fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.
- (E) O controle externo no Brasil é exercido a priori e a posteriori, mas não de forma concomitante.

24. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- (A) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
- (C) Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
- (D) As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
- (E) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

25. Assinale a alternativa correta acerca de Estado, Governo e Administração Pública.

- (A) Segundo a Constituição Federal, a tripartição de funções é absoluta no âmbito do aparelho do Estado.
- (B) O estudo da administração pública, do ponto de vista subjetivo, abrange a maneira como o Estado participa das atividades econômicas privadas.

- (C) O Estado constitui a nação politicamente organizada, enquanto a administração pública corresponde à atividade que estabelece objetivos do Estado, conduzindo politicamente os negócios públicos.
- (D) Os conceitos de governo e administração não se equiparam; o primeiro refere-se a uma atividade essencialmente política, ao passo que o segundo, a uma atividade eminentemente técnica.
- (E) Tradicionalmente, na Doutrina, os elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade linguística e o governo.

26. Assinale a alternativa correta acerca de conceito e fontes do Direito Administrativo.

- (A) O sistema de direito administrativo anglo-americano teve origem na França e é focado, essencialmente, em reger as relações entre cidadãos e Administração, fixando prerrogativas e deveres à Administração.
- (B) O sistema de direito administrativo europeu continental deixa para o âmbito do direito privado as relações entre Estado e cidadãos. A jurisdição é una, exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (C) Os costumes não constituem fonte do direito administrativo.
- (D) O Direito Administrativo, dentre outros conceitos, pode ser definido como o ramo do direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- (E) O direito administrativo visa à regulação das relações jurídicas entre servidores e entre estes e os órgãos da administração, ao passo que o direito privado regula a relação entre os órgãos e a sociedade.

27. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo.

- (A) O princípio administrativo do interesse público é um princípio implícito da administração pública.
- (B) O princípio da legalidade no direito administrativo preconiza que o administrador público está sujeito às exigências do bem comum, e delas não se pode afastar ou desviar, sendo que o cidadão poderá fazer

tudo o que a lei não proíba e o administrador público poderá fazer tão somente o que diz a lei.

- (C) Os princípios do direito administrativo são apenas os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- (D) O princípio da isonomia manifesta a imposição da administração em divulgar seus atos que são divulgados no diário oficial, seja da União, do Estado ou do município, na forma de obrigação constante na lei para garantir a transparência da administração.
- (E) O princípio da eficiência não está implícito em outros princípios.

28. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

- (A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.
- (B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.
- (C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

29. Assinale a alternativa correta acerca da extinção, desfazimento e sanatória do ato administrativo.

- (A) A anulação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se inoportuno ou inconveniente.
- (B) A revogação ocorre quando há um vício no ato relativo à legalidade ou legitimidade; nunca por questões de mérito administrativo.
- (C) A revogação é um ato discricionário e tem como critério a conveniência e oportunidade.
- (D) A extinção objetiva do ato se dá pelo desaparecimento do sujeito detentor do benefício do ato.
- (E) A designação de ato administrativo abrange toda atividade desempenhada pela administração.

30. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos atos administrativos.

- (A) Os atos administrativos têm origem no Estado ou em agentes investidos de prerrogativas estatais.
- (B) Todo ato praticado no exercício da função administrativa consiste em ato da administração.
- (C) A morte de um funcionário que gera vacância de um cargo não é considerada um ato administrativo.
- (D) Os atos administrativos incluem os despachos de encaminhamento de papéis e os processos.
- (E) Os fatos administrativos não admitem nem anulação nem revogação.

Noções de Direito Processual Penal

31. Tratando das perícias em geral, com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.
- (B) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
- (C) O laudo sobre o cadáver encontrado deve ser redigido pelos peritos de maneira textual e descritiva, sendo vedado qualquer desenho que não represente a fotografia real do corpo.
- (D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e, obrigatoriamente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
- (E) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, sendo vedado aos peritos fazer a autópsia antes daquele prazo.

32. A respeito da produção probatória no processo penal brasileiro, assinale a alternativa integralmente correta.

- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental produzida por terceiro poderá suprir-lhe a falta.

- (B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar exclusivamente por determinação da autoridade policial, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do ofendido.
- (C) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.
- (D) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e objetivamente descreverão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.
- (E) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á que, para a comparação, unicamente servirão aqueles documentos que já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de punho da pessoa analisada.

33. Sobre as prisões cautelares admitidas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa que reproduz corretamente conceito jurídico ou dispositivo legal.

- (A) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, logo após ocorrer situação que faça suspeitar ser ele o autor da infração.
- (B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante ainda que com o condutor assinem outras duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- (C) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal com arbitramento de fiança.
- (D) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo, quando, por motivos de saúde, não puder aguardar o restabelecimento da primeira.
- (E) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

34. Sobre processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, tais como os peritos criminais, assinale a alternativa correta de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A juntada de inquérito policial preparatório é indispensável nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito.
- (B) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias úteis.
- (C) A notificação do acusado para, previamente ao recebimento da denúncia, manifestar-se sobre o tema, apresentando sua defesa e evitando que seja a inicial recebida, se estende ao particular que seja coautor ou partícipe.
- (D) O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- (E) Caso seja recebida a denúncia ou queixa, a despeito da impugnação formulada pelo funcionário, é dispensável que ele tome ciência disso mediante citação formal, podendo defender-se nos autos do processo-crime como integrante formal do polo passivo.

35. Qual é o caráter do inquérito policial no direito brasileiro?

- (A) Negocial jurídico de direito público.
- (B) Meio processual constitucional de impugnação de delito.
- (C) Procedimento de cunho militar quando iniciado por lavratura de boletim de ocorrência pela Polícia Militar.
- (D) Parametrização de direito privado até o recebimento da denúncia ou queixa.
- (E) Procedimento administrativo preparatório.

36. Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício pela autoridade policial.
- (B) a requerimento do ofendido ou, se ausente, ao cônjuge, ascendente, descendente ou seu irmão.
- (C) por requisição do Poder Judiciário.
- (D) com a lavratura de boletim de ocorrência de terceiro interessado ao fato e alheio ao ofendido.

- (E) por requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido.

37. Sobre a disciplina do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá intimar o indiciado para que o mesmo seja interrogado em Juízo sob pena de incorrer em crime de desobediência.
- (B) A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado no curso do inquérito policial e enviará autos ao membro do Ministério Público para que dê sua opinião sobre o eventual delito.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se o Ministério Público ou o ofendido não mais requisitarem ou requererem novas diligências.
- (E) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá enviar os peritos criminais ao local imediatamente enquanto ouve o ofendido na sede do distrito policial.

38. O Código de Processo Penal descreve a fase probatória do inquérito policial e do processo penal, devendo os agentes estatais cumprirem seus dispositivos. Sobre o tema "prova", é correto afirmar que

- (A) o Juízo poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação se eles forem originários de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (B) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, vedado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- (C) o Juízo deve ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando seu poder geral de cautela.
- (D) as partes, pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, têm o direito de participar da colheita da prova, influenciando na sua formação, dentro de critérios regrados, porém o réu não tem o direito de tomar ciência das provas coletadas em grau sigiloso, exceto quando sobrevier seu interrogatório judicial.
- (E) o exame do corpo de delito não é considerado meio de prova direto ou indireto, mas tão somente peça processual integrante do acervo inquisitorial.

39. Sobre o regramento das provas ilícitas e das provas derivadas das ilícitas, assinale a alternativa completamente correta.

- (A) As provas ilícitas devem ser autuadas em apartado dos autos originários, para que sejam devidamente arquivadas caso se façam necessárias em outros procedimentos na perspectiva da prova emprestada.
- (B) Quando as provas derivadas das ilícitas puderem ser obtidas por uma fonte independente das provas originárias ilícitas, o Juízo ordenará o desentranhamento delas, sob pena de prevaricação.
- (C) A decisão que determina o desentranhamento da prova declarada inadmissível não pode ser eivada de preclusão, prescrição ou decadência.
- (D) A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento

ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.

- (E) Considera-se fonte independente aquela que por si só ou conjuntamente, seguindo os trâmites típicos ou atípicos, próprios da instrução processual, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

40. Tratando das provas penais admissíveis pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Exame de corpo de delito é a verificação da prova da existência do crime, feita por peritos, diretamente, ou por intermédio de outras evidências, quando os vestígios, ainda que materiais, desapareceram.
- (B) Vestígio material é aquele tal qual o rastro do crime que se perde tão logo a conduta criminosa finda, pois não é mais captável nem passível de registro pelos sentidos humanos.
- (C) Quando a infração deixar vestígios (o rastro, a pista ou o indício deixado por algo ou alguém), será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- (D) O exame do corpo de delito será prioritário tão somente em crimes contra a dignidade sexual e em delitos envolvendo violência física contra crianças.
- (E) O exame de corpo de delito só poderá ser feito em qualquer hora de dia matutino ou vespertino, ou em períodos em que a luz solar possa iluminar o objeto.

Noções de Direito Penal

41. Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- (B) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- (C) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.
- (D) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.

- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

42. Dentre as seguintes alternativas, assinale a INCORRETA.

- (A) O jurado pode ser responsabilizado criminalmente por crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtrair “para si ou para outrem” comete crime de “peculato furto”.
- (C) No crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva, o sujeito ativo é somente o funcionário público.
- (D) Ocorrera crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- (E) Pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

43. Uma conduta ilícita é contrária ao direito. Porém pode haver conduta típica que não seja ilícita, aparecendo as chamadas excludentes de ilicitude. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente não será considerado crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade e legítima defesa.
- (B) As excludentes de ilicitude são apenas as definidas em Lei, especificamente determinadas pelo Código Penal, chamadas de excludentes de ilicitude legais.
- (C) No estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o sujeito não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
- (D) Pode agir em estado de necessidade aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo.
- (E) São requisitos legais do estado de necessidade: perigo atual; ameaça a direito próprio ou alheio; situação não causada voluntariamente pelo sujeito; inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.

44. Em alguns casos, o crime exige uma condição especial do sujeito ativo, podendo ser classificado em crimes comuns, próprios, de mão própria, bi próprios, etc. Referente ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Crime próprio pode ser praticado por qualquer pessoa, não sendo exigida uma condição ou qualidade especial do sujeito ativo.
- (B) Crimes funcionais são crimes praticados por funcionários públicos contra a administração. Esses crimes admitem a coautoria e a participação de terceiros, podendo esse terceiro ser funcionário público ou não.
- (C) O crime de falso testemunho é considerado um crime próprio, podendo ser praticado por qualquer pessoa, portanto a lei não exige uma qualidade especial do sujeito ativo.
- (D) O sujeito ativo pode ser tanto quem realiza o verbo típico ou possui o domínio finalista do fato como quem, de qualquer outra forma, concorre para o crime, sendo representado apenas pelo autor e coautor.
- (E) O sujeito ativo, para poder ser responsabilizado, será pessoa física, não podendo ser pessoa jurídica conforme determina a Constituição Federal.

45. É importante a fixação do tempo em que o crime se considera praticado para, entre outras coisas, compreender a lei que deverá ser utilizada, aplicada, e estabelecer a imputabilidade do sujeito. Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a

- (A) Teoria da Relatividade.
- (B) Teoria da Consumação.
- (C) Teoria da Atividade.
- (D) Teoria da Ubiquidade.
- (E) Teoria da Habitualidade.

46. João subtrai para si um pacote de bolachas no valor de R\$ 10,00 de um grande supermercado e o fato se encaixa formalmente no art. 155 do Código Penal. Em virtude da inexpressividade da lesão causada ao patrimônio da vítima e pelo desvalor da conduta, incide o princípio da insignificância que tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como excludente de

- (A) punibilidade.
- (B) tipicidade material.
- (C) culpabilidade.
- (D) ilicitude formal.
- (E) executividade.

47. Segundo o art. 6º do Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria se produzir o resultado. Existem várias teorias acerca do lugar do crime. Qual é a Teoria adotada pelo Código Penal vigente?

- (A) Teoria da Atividade.
- (B) Teoria do Resultado.
- (C) Teoria da Ubiquidade.
- (D) Teoria do Assentimento.
- (E) Teoria da Relatividade.

48. A extraterritorialidade presente no art. 7º do Código Penal se divide em condicionada e incondicionada. Na extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei nacional a determinados crimes cometidos fora do território, independentemente de qualquer condição, ainda que o acusado seja absolvido ou condenado no estrangeiro, EXCETO

- (A) quando o crime for contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- (B) quando o crime for contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
- (C) no caso de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (D) quando, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir o crime praticado.
- (E) quando o crime for contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

49. O crime de homicídio, art. 121 do Código Penal, é classificado doutrinariamente como um crime

- (A) de dano, material e instantâneo de efeitos permanentes.
- (B) vago, permanente e multitudinário.
- (C) próprio, de perigo e exaurido.
- (D) comum, forma livre e concurso necessário de agentes.
- (E) de mão própria, habitual e de forma vinculada.

50. Dentre as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Crime de dupla subjetividade passiva é o crime que tem obrigatoriamente dois ou mais sujeitos passivos.
- (B) O crime de estupro, art. 213 do CP, é um crime bipróprio, sendo que os sujeitos são determinados, não sendo possível ser praticado por qualquer pessoa.
- (C) Podem ser sujeitos passivos de crime os entes despersonalizados, pessoa ainda não nascida, incapazes, animais e recém-nascido.
- (D) Sujeito passivo e sujeito prejudicado são sinônimos, possuindo o mesmo significado: a pessoa física ou jurídica que sofre as consequências diretas da infração penal.
- (E) Uma pessoa pode ser simultaneamente sujeito ativo e sujeito passivo do mesmo crime.

Conhecimentos Específicos

51. Assinale a alternativa que apresenta corretamente as duas categorias de concessões de serviços públicos.

- (A) Concessões públicas e as concessões privadas.
- (B) Concessões ordinárias e as concessões administrativas.
- (C) Concessões administrativas e as concessões privadas.
- (D) Concessões comuns e as concessões especiais.
- (E) Concessões públicas e as concessões patrocinadas.

52. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) será obrigatória apenas para

- (A) as empresas estatais dependentes, desde

- que constituídas sob a forma de sociedades anônimas.
- (B) as empresas estatais independentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas.
- (C) o poder executivo, legislativo e judiciário.
- (D) os fundos especiais e consórcios públicos.
- (E) as entidades do setor público.
- 53. Determinada empresa aplicou um capital de R\$ 100.000,00 à taxa de juros simples de 10% ao mês, durante 20 meses. Com base nessas informações, qual é o valor do montante durante o período de 20 meses?**
- (A) R\$ 200.000,00.
- (B) R\$ 300.000,00.
- (C) R\$ 100.000,00.
- (D) R\$ 50.000,00.
- (E) R\$ 10.000,00.
- 54. Considere que uma empresa, aplicou um capital de R\$ 50.000,00 à taxa de juros compostos de 10% ao mês. Ao final de 5 meses, esse investimento gerará um montante no valor de**
- (A) R\$ 60.500,00.
- (B) R\$ 66.500,00.
- (C) R\$ 73.205,00.
- (D) R\$ 80.525,50.
- (E) R\$ 82.505,50.
- 55. Conforme a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a característica qualitativa da confiabilidade foi redenominada para**
- (A) verificabilidade.
- (B) compreensibilidade.
- (C) comparabilidade.
- (D) representação fidedigna.
- (E) relevância.
- 56. Segundo as normas e a doutrina contábil, a conta de ajustes de avaliação patrimonial poderá apresentar saldo de natureza**
- (A) devedora, credora ou saldo nulo e será classificada no patrimônio líquido.
- (B) somente devedora e será classificada no patrimônio líquido.
- (C) somente credora e será classificada no patrimônio líquido.
- (D) devedora, credora ou saldo nulo e será classificada no ativo.
- (E) devedora, credora ou saldo nulo e será classificada no passivo.
- 57. Para compor o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), serão sempre convidados para participar representantes dos seguintes órgãos:**
- (A) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- (B) Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- (C) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- (D) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA).
- (E) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Banco do Brasil.
- 58. Em relação à natureza contábil das contas, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).**
- I. As contas do ativo aumentam a débito e conseqüentemente diminuem a crédito.
- II. As contas do passivo e patrimônio líquido aumentam a crédito e conseqüentemente diminuem a débito.
- III. As contas de receitas e despesas têm natureza devedora e conseqüentemente diminuem a crédito.
- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II.
- (E) Apenas III.

- 59. NÃO deve constar, como elemento mínimo na estrutura do balancete de verificação, o/a(s)**
- (A) identificação da entidade.
 - (B) abrangência.
 - (C) identificação das contas e respectivos grupos.
 - (D) saldos das contas, indicando se devedores ou credores.
 - (E) movimento individual das contas.
- 60. A perda do valor de um ativo, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração, denominar-se-á**
- (A) amortização.
 - (B) depreciação.
 - (C) exaustão.
 - (D) avaliação.
 - (E) provisão.
- 61. Os estoques de mercadorias fungíveis destinados à venda poderão ser avaliados quando aceitos pela técnica contábil a valor**
- (A) de mercado.
 - (B) presente.
 - (C) original.
 - (D) de reposição.
 - (E) justo.
- 62. Nas entidades societárias, as demonstrações financeiras deverão ser assinadas pelo(s)**
- (A) administradores e por contabilistas legalmente habilitados.
 - (B) auditores e contadores legalmente habilitados.
 - (C) contador legalmente habilitado.
 - (D) administrador legalmente habilitado.
 - (E) contador legalmente habilitado e auditor independente.
- 63. Nas demonstrações financeiras das sociedades anônimas, as contas semelhantes poderão ser agrupadas e os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem**
- (A) 0,1 do valor do respectivo grupo de contas.
 - (B) 0,2 do valor do respectivo grupo de contas.
 - (C) 0,3 do valor do respectivo grupo de contas.
 - (D) 0,4 do valor do respectivo grupo de contas.
 - (E) 0,5 do valor do respectivo grupo de contas.
- 64. Na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), as variações cambiais ativas serão classificadas como**
- (A) receitas.
 - (B) insumos adquiridos de terceiros.
 - (C) remuneração de capital próprio.
 - (D) valor adicionado recebido em transferência.
 - (E) remuneração de capital de terceiros.
- 65. Acerca da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), assinale a alternativa correta.**
- (A) A DLPA evidenciará o montante de dividendos por ação do capital social.
 - (B) A DLPA não evidenciará a reserva de lucros a realizar.
 - (C) A DLPA deverá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).
 - (D) A DLPA não evidenciará a distribuição de dividendos.
 - (E) A DLPA não evidenciará a parcela dos lucros incorporada ao capital social.
- 66. A aquisição de uma propriedade de jazidas minerais deverá ser registrada e classificada no Balanço Patrimonial como um ativo**
- (A) intangível.
 - (B) imobilizado.
 - (C) diferido.
 - (D) contingente.
 - (E) financeiro.
- 67. Nos termos da legislação societária, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos(as)**
- (A) reservas de capital, pelas reservas de lucros e pelas provisões antes das participações societárias.
 - (B) lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal.
 - (C) participações estatutárias, pelos dividendos distribuídos e pelos lucros acumulados.
 - (D) lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pelas reservas de reavaliação.
 - (E) reservas de reversão de provisões, pelos lucros acumulados e pela reserva legal.
- 68. Determinada empresa realizou as seguintes transações:**
- adquiriu mercadorias para revenda, com pagamento à vista, no ato da entrega, no valor de R\$ 200.000,00. Nesse valor, estão incluídos os tributos

não recuperáveis no valor de R\$ 30.000,00;

- vendeu mercadorias, à vista, de 80% das mercadorias adquiridas por R\$ 360.000,00, com entrega imediata. A transação teve a incidência dos tributos sobre a venda no valor de R\$ 45.000,00;
- incorreu em despesas administrativas no valor de R\$ 5.000,00 pagas no período; e
- sabendo-se que o seu estoque inicial era igual a zero.

Considerando as informações apresentadas, o resultado dessas transações gerou um lucro bruto no valor de

- (A) R\$ 315.000,00.
- (B) R\$ 270.000,00.
- (C) R\$ 200.000,00.
- (D) R\$ 179.000,00.
- (E) R\$ 155.000,00.

69. Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2014, uma máquina no valor de R\$ 130.000,00 a prazo, sendo esse valor registrado no seu ativo imobilizado. Na data da aquisição, o bem foi colocado em uso e a empresa estimou que a vida útil será de 10 anos e o seu valor residual de R\$ 30.000,00. Sabendo-se que a empresa utiliza o método linear para o cálculo da depreciação. Com base nessas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 foi, em reais,

- (A) 130.000,00.
- (B) 120.000,00.
- (C) 110.000,00.
- (D) 100.000,00.
- (E) 90.000,00.

70. Analise os seguintes registros contábeis relativos aos gastos com a folha de pagamento dos funcionários de uma determinada empresa:

Salários	R\$ 50.000,00
Horas extras trabalhadas	R\$ 5.500,00
Imposto de renda retido na fonte	R\$ 5.600,00
Contribuição para o INSS, empregado	11%
Contribuição para o INSS, empregador	20%
Depósito do FGTS	8%
Insalubridade	R\$ 2.500,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que a despesa total do empregador, com a folha de pagamento, será de

- (A) R\$ 71.040,00.
- (B) R\$ 64.000,00.
- (C) R\$ 81.408,00.
- (D) R\$ 74.240,00.
- (E) R\$ 69.600,00.

71. Acerca da apresentação de transações em moeda estrangeira na moeda funcional, analise a seguinte situação:

A empresa X obteve, em 31/12/2015, um empréstimo bancário internacional, no valor de 20 mil dólares, com vencimento para 05 anos, sabendo que não há incidência de juros sobre o empréstimo. Dados complementares da transação:

Cotação do dólar em 31/12/2015	R\$ 3,10
Cotação do dólar em 31/12/2016	R\$ 3,20
Cotação do dólar em 31/12/2017	R\$ 3,50
Cotação média do dólar	R\$ 3,27

Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta o valor do empréstimo registrado no balanço patrimonial em 31/12/2017.

- (A) R\$ 70.000,00.
- (B) R\$ 65.400,00.
- (C) R\$ 64.000,00.
- (D) R\$ 62.000,00.
- (E) R\$ 60.000,00.

72. A empresa investidora S.A. possui 80% das ações da Cia. Investida. Em 2018, a Cia. Investida distribuiu dividendos com pagamento à vista no valor de R\$ 250.000,00. Ao contabilizar esse fato, a empresa investidora S.A. debitou caixa e creditou

- (A) receita operacional.
- (B) receita de dividendos.
- (C) outras receitas.
- (D) investimentos.
- (E) receita de equivalência patrimonial.

73. O tratamento contábil conferido na Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), quanto aos recebimentos e pagamentos de caixa por seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice, deverá ser classificado na atividade

- (A) operacional.
- (B) investimento.
- (C) financiamento.
- (D) orçamentária.
- (E) patrimonial.

74. O capital circulante líquido representa a diferença entre o ativo

- (A) não circulante e o passivo circulante.
- (B) circulante e o passivo circulante.
- (C) não circulante e o passivo não circulante.
- (D) não circulante e o patrimônio líquido.
- (E) total e o passivo total.

75. Em relação à alavancagem financeira, é correto afirmar que ela mede

- (A) a variação do lucro operacional em relação à sensibilidade no giro do ativo circulante.
- (B) a margem de endividamento da empresa em relação à composição patrimonial.
- (C) a razão entre a variação percentual do lucro líquido e a variação percentual da margem de segurança.
- (D) a razão entre o retorno sobre o patrimônio líquido e o retorno sobre o ativo da entidade.
- (E) a razão entre a variação percentual da margem de contribuição em relação à margem de segurança.

76. Analise as informações na seguinte tabela de gastos, disponibilizadas por uma fábrica em determinado período.

Gastos	R\$
Mão de obra direta da fábrica	20.000,00
Energia elétrica da administração	5.000,00
Embalagens consumidas	2.500,00
Material de expediente da administração	3.000,00
Despesas administrativas	2.500,00
Aluguel da fábrica	5.000,00

Conforme informações da contabilidade de custos, a fábrica produz um único produto. Nesse sentido, é correto afirmar que os custos totalizam

- (A) R\$ 32.500,00.
- (B) R\$ 27.500,00.
- (C) R\$ 38.000,00.
- (D) R\$ 33.000,00.
- (E) R\$ 36.500,00.

77. Considere as seguintes informações extraídas da contabilidade de uma fábrica:

- **Custo de oportunidade: R\$ 2.000,00;**
- **Custo fixo total: R\$ 10.000,00;**
- **Custo variável unitário: R\$ 20,00;**
- **Preço de venda unitário: R\$ 80,00.**

Com base nessas informações, o ponto de equilíbrio econômico em unidades é de

- (A) 120 unidades.
- (B) 80 unidades.
- (C) 100 unidades.
- (D) 200 unidades.
- (E) 300 unidades.

78. Referente às nomenclaturas aplicáveis à contabilidade de custos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Custos são gastos relativos a bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços.
- (B) Desembolsos são pagamentos resultantes da aquisição de um bem ou serviço.
- (C) Investimentos são gastos ativados em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuros períodos.
- (D) Despesas são bens ou serviços consumidos diretamente ou indiretamente para a obtenção de receitas.
- (E) As perdas anormais no processo de produção são consideradas parte do custo dos produtos.

79. A respeito da auditoria, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. **O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.**
- II. **As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração com supervisão geral dos responsáveis pela governança.**
- III. **É função precípua da auditoria a detecção de erros e fraudes nas entidades, com base nos registros contábeis existentes.**

- (A) Apenas II.
- (B) I, II e III.
- (C) Apenas I e II.

- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas I.

80. A perícia contábil arbitral é de competência exclusiva para

- (A) contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- (B) bacharel em Ciências Contábeis.
- (C) contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- (D) técnico de contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- (E) economista registrado no Conselho de Economia.

81. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite

- (A) os objetivos da perícia deferida ou contratada.
- (B) a identificação do processo e das partes.
- (C) a síntese do objeto da perícia.
- (D) a metodologia adotada para os trabalhos periciais e esclarecimentos.
- (E) o lapso temporal da perícia a ser realizada.

82. A perícia contábil do tipo voluntária é aquela

- (A) exercida sob o controle da legislação societária e supervisão judicial.
- (B) exercida sob o controle da legislação de arbitragem e supervisão judicial.
- (C) executada sob o controle de órgão do Estado e supervisão judicial.
- (D) exercida sob a tutela da justiça e supervisão governamental.
- (E) contratada espontaneamente pelo interessado ou de comum acordo entre as partes.

83. Assinale a alternativa que apresenta a modalidade de licitação que poderá instituir prêmios ou remunerações aos vencedores.

- (A) Pregão.
- (B) Concorrência.
- (C) Tomada de Preços.
- (D) Convite.
- (E) Concurso.

84. Acerca da modalidade de licitação pregão, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No pregão, para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço e melhor técnica.
- (B) Não é possível o uso do pregão para locações imobiliárias, obras e alienações em geral.
- (C) O prazo de publicidade do pregão é de, no mínimo, 8 dias úteis.
- (D) O pregão pode ser utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns.
- (E) Dentre as regras da fase preparatória do pregão, a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

85. É um instrumento de planejamento da ação do Governo, por meio da identificação dos seus programas de trabalho, projetos e atividades, com estabelecimento de objetivos e metas a serem implementados e previsão dos custos relacionados. Pode ser definido como elo entre planejamento, orçamento e gestão. Essa técnica orçamentária é denominada

- (A) orçamento tradicional.
- (B) orçamento base zero.
- (C) orçamento-programa.
- (D) orçamento participativo.
- (E) orçamento por competência.

86. Na entidade do setor público, deverá ser classificada como despesa extraorçamentária o pagamento de

- (A) material de consumo.
- (B) salários e encargos.
- (C) serviços de terceiros.
- (D) restos a pagar.
- (E) fatura de energia elétrica.

87. Referente aos créditos adicionais suplementares, assinale a alternativa correta.

- (A) São destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (B) São destinados a despesas urgentes e imprevisíveis.
- (C) A indicação da origem dos recursos é facultativa.
- (D) São autorizados por Lei e abertos por Decreto do Poder Executivo.

(E) A autorização legislativa é posterior à abertura do crédito.

88. O Estado do Espírito Santo deseja adquirir um imóvel, que já está em utilização, com o objetivo de instalar a sua sede administrativa. Caso essa despesa pública aconteça, o contador deverá classificar como

- (A) despesa corrente.
- (B) transferência de capital.
- (C) inversão financeira.
- (D) investimento.
- (E) subvenção social.

89. Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Não é permitido um lançamento contábil que debite uma conta da classe 1 e credite uma conta da classe 5.
- (B) A previsão de receita e a fixação de despesa são contas de natureza devedora e credora na classificação orçamentária.
- (C) A natureza de informação orçamentária registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- (D) O PCASP é dividido em 8 classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações.
- (E) O PCASP é estruturado para facilitar a análise das informações, conforme as naturezas de informação orçamentária, patrimonial e de controle.

90. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o Balanço Orçamentário é composto por

- (A) quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processados, quadro da execução dos restos a pagar processados e quadro das contas de compensação.
- (B) quadro secundário, quadro da execução dos restos a pagar não processados, quadro da execução dos restos a pagar processados e quadro das contas de compensação.
- (C) quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processados e quadro da execução dos restos a pagar processados.
- (D) quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processados, quadro da execução dos restos a pagar processados e quadro do superávit/déficit financeiro.
- (E) quadro principal, quadro secundário, quadro da execução dos restos processados e não processados.

91. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, uma provisão representa um(a)

- (A) passivo de prazo ou valor incerto.
- (B) passivo de prazo ou valor certo.
- (C) conta retificadora (diminutiva) do ativo.
- (D) passivo contingente de prazo ou valor incerto.
- (E) passivo contingente de prazo ou valor certo.

92. A respeito das variações patrimoniais e o resultado patrimonial nas entidades do setor público, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA): correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade oriundos de contribuições dos proprietários.

II. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD): correspondem a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade oriundas de distribuições aos proprietários.

III. O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das VPA e o valor total das VPD, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do período.

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I.
- (D) Apenas II.
- (E) Apenas III.

93. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, os restos a pagar processados em liquidação compreendem o valor dos restos a pagar

- (A) não processados ainda não liquidados, cujo fato gerador já ocorreu.
- (B) não processados ainda não liquidados, cujo fato gerador não ocorreu.
- (C) processados ainda não liquidados, cujo fato gerador não ocorreu.
- (D) processados ainda não liquidados, cujo fato gerador já ocorreu.
- (E) não empenhados, pendentes de créditos orçamentários.

94. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o tipo correspondente ao último dígito na natureza de receita pública tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza, sendo

- (A) 0 (zero), quando se tratar da arrecadação principal da receita.
- (B) 1 (um), quando se tratar de natureza de receita não valorizável ou agregadora.
- (C) 2 (dois), quando se tratar de multas e juros de mora da respectiva receita.
- (D) 3 (três), quando se tratar de multas e juros de mora da dívida ativa da respectiva receita.
- (E) 4 (quatro), quando se tratar de desdobramentos que poderão ser criados, caso a caso.

95. Acerca dos procedimentos periciais, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O exame é a análise de livros, registros de transações e documentos.
- () A certificação é o ato de atestar a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito.
- () A avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

- (A) V – V – F.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – F – F.

96. O superávit do orçamento corrente na entidade pública é classificado como receita

- (A) corrente, porém não é receita orçamentária.
- (B) corrente, porém é receita orçamentária.
- (C) de capital, porém é receita orçamentária.
- (D) de capital, porém não é receita orçamentária.
- (E) patrimonial, porém é receita orçamentária.

97. Representa o retorno dos recursos anteriormente emprestados pelo poder público a receita

- (A) com operação de crédito.
- (B) com alienação de bens.
- (C) com amortização de empréstimos.
- (D) corrente.
- (E) patrimonial.

98. A dívida ativa na entidade pública abrange os

- (A) créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por terem sido efetivamente recebidos nas datas apuradas.
- (B) créditos a desfavor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas apuradas.
- (C) débitos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas apuradas.
- (D) créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas apuradas.
- (E) créditos a favor da Fazenda Pública, cuja incerteza e liquidez foram apuradas, por terem sido efetivamente recebidos nas datas apuradas.

99. Considere os seguintes fatos a serem registrados na contabilidade de determinado ente público:

- Recebimento de receitas tributárias no valor de R\$ 1.000,00;
- Empenho da despesa no valor de R\$ 900,00;
- Liquidação de despesa corrente no valor de R\$ 700,00;
- Inscrição de Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 700,00;
- Inscrição de Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 200,00.

Com base nas informações apresentadas, o ente público teve um superávit financeiro de

- (A) R\$ 100,00.
- (B) R\$ 200,00.
- (C) R\$ 300,00.
- (D) R\$ 400,00.
- (E) R\$ 500,00.

100. Nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as transações com contraprestação são aquelas em que a entidade

- (A) recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e, em contrapartida, entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca.
- (B) recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e entrega valor aproximadamente igual em troca, prioritariamente sob a forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos.
- (C) recebe ativos contingentes ou serviços ou tem passivos extintos e, em contrapartida, entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca.
- (D) não arrecada diretamente os seus recursos financeiros, ou seja, a arrecadação se faz por intermédio de agentes arrecadadores fiéis depositários.
- (E) arrecada diretamente os seus recursos financeiros, ou seja, a arrecadação se faz por intermédio de agentes arrecadadores fiéis depositários.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 001/2018 - PCES
NÍVEL SUPERIOR

PERITO OFICIAL CRIMINAL - ÁREA 1 - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 15
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	16 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 30
Noções de Direito Processual Penal	31 a 40
Noções de Direito Penal	41 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

TARDE

PROVA
04

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 01 a 11

Projetos e Ações: Papo de Resposta

O Programa Papo de Resposta foi criado por policiais civis do Rio de Janeiro. Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe para o Estado.

O 'Papo de Resposta' é um programa de educação não formal que – por meio da palavra e de atividades lúdicas – discute temas diversos como prevenção ao uso de drogas e a crimes na internet, bullying, direitos humanos, cultura da paz e segurança pública, aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convida o Papo de Resposta, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade. No primeiro ciclo, denominado de "Papo é um Papo", a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o "Papo no Chão", os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição. Por fim, acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles e também como os adolescentes reagiram diante das novas informações.

Disponível em <<https://pc.es.gov.br/projetos-e-acoes>>. Acesso em: 30/ jan./2019.

1. Assinale a alternativa em que as alterações feitas no excerto do 2º parágrafo do texto mantenham a correção gramatical, quanto à concordância verbal, no trecho apresentado.

- (A) É discutido temas diversos no programa.
- (B) São trabalhadas palavras e atividades lúdicas.
- (C) Temas como direitos humanos e a cultura da paz aproxima os policiais da comunidade.
- (D) A educação não formal é trabalhado pelo projeto "Papo de resposta".
- (E) Aproxima-se os policiais da comunidade e dos adolescentes.

2. Assinale a alternativa em que a conjugação e a grafia dos verbos completam adequadamente todas as lacunas da seguinte frase.

"Se algum órgão da comunidade _____ o programa "Papo de Resposta", os policiais _____ o local e _____ o projeto.

- (A) convocam – visitarão – realizam
- (B) convocasse – visitão – realizarão
- (C) convocar – visitariam – realizão
- (D) convocão – visitam – realizarão
- (E) convoca – visitam – realizam

3. Considere a regência dos verbos em destaque e assinale a alternativa correta.

- (A) O projeto aspira a aproximação com a comunidade.
- (B) O projeto visa à aproximação com a comunidade.
- (C) Como os adolescentes preferem mais as atividades lúdicas, elas são a base da segunda etapa.
- (D) Os policiais capixabas assistem à comunidade no que ela necessita.
- (E) Os policiais capixabas visam na comunidade o que ela necessita.

4. **Dentre os processos existentes para formar novas palavras, verifica-se que o substantivo “responso” é formado por**
- (A) derivação prefixal.
 - (B) derivação parassintética.
 - (C) redução.
 - (D) hibridismo.
 - (E) composição por aglutinação.
5. **O nome escolhido para o projeto revela uma variante linguística escolhida com o objetivo comunicativo de**
- (A) disfarçar um preconceito linguístico.
 - (B) denotar expressividade, ao zombar, de maneira criativa, do modo como os jovens falam.
 - (C) aproximar-se do público-alvo, por meio da utilização de uma mesma variante linguística.
 - (D) atingir o público-alvo, marcando intimidade, por meio de uma linguagem formal.
 - (E) revelar a diferença estilística ocupacional, ao usar um jargão dos policiais.
6. **Em “[...] acontece um bate-papo com familiares dos alunos, para que os policiais entendam a percepção deles [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída corretamente, sem que haja alteração semântica ou sintática, por**
- (A) a fim de que.
 - (B) afim de que.
 - (C) conquanto que.
 - (D) com quanto que.
 - (E) porquanto que.
7. **De acordo com o Texto, assinale a alternativa correta.**
- (A) O programa é realizado em todo o país, mas apenas em 2013 foi levado ao Espírito Santo, por meio da polícia carioca.
 - (B) A família dos adolescentes deve acompanhar todas as etapas do projeto social.
 - (C) Os temas trabalhados são escolhidos a partir da necessidade da instituição solicitante.
 - (D) No projeto, busca-se conhecer a perspectiva dos adolescentes, para que, a partir disso, seja imposta uma forma de se comportar corretamente em sociedade.
 - (E) O projeto objetiva levar os adolescentes a seguirem a carreira policial.
8. **Assinale a alternativa que reescreve a seguinte oração em destaque, utilizando um conector adequado ao sentido que ela expressa.**
- “[...] os alunos são os protagonistas e produzem materiais [...], mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada.”**
- (A) “[...] desde que mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
 - (B) “[...] para mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
 - (C) “[...] quando mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
 - (D) “[...] embora mostrem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
 - (E) “[...] apesar de mostrarem a percepção deles sobre a problemática abordada.”.
9. **No excerto “[...] aproximando os policiais da comunidade e, principalmente, dos adolescentes.”, a preposição “da”, na expressão em destaque, indica**
- (A) posse.
 - (B) modo.
 - (C) meio.
 - (D) alvo.
 - (E) tempo.
10. **Quando se redige um texto manuscrito, é necessário conhecer as regras de separação silábica. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam separação silábica correta.**
- (A) Pri-me-i-ro / a-pro-xi-ma-çã-o.
 - (B) E-qui-pe / me-i-o.
 - (C) Intr-oduz / rea-gi-ram.
 - (D) I-ni-ci-a / a-ca-de-mi-a.
 - (E) Pro-ce-ss-o / in-sti-tu-i-çã-o.
11. **“Em 2013, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia (Acadepol) capixaba, conheceu o programa e [...] trouxe para o Estado”.**
- A expressão em destaque no excerto apresentado pode ser substituída adequadamente, considerando a escolha pronominal e sua colocação, por**
- (A) conheceu-o.
 - (B) os conheceu.
 - (C) conheceu-lhe.
 - (D) conheceu-no.
 - (E) lhe conheceu.

Utilize o Texto II para responder as questões de 12 a 15.



Disponível em: <<https://meumundocommafalda.wordpress.com/2013/03/09/tirinha-no-92/>>. Acesso em 01/fev./2019.

12. Em “Que tragédia!”, o “Que” tem função de

- (A) advérbio.
- (B) substantivo.
- (C) pronome relativo.
- (D) conjunção integrante.
- (E) interjeição.

13. Considere os elementos da comunicação e as funções da linguagem na tira da Mafalda e assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A personagem Mafalda aparece como uma receptora da mensagem enunciada por seu pai.
- (B) O rádio funciona como um canal de comunicação.
- (C) Em “Formigas!”, há ênfase na função fática.
- (D) Em “Mais vítimas na guerra do Vietnã [...]”, há ênfase na função referencial.
- (E) Em “Não há desgraça maior que formigas”, há ênfase na função emotiva.

14. De acordo com a tirinha da Mafalda, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As formigas são elementos que tematizam os pequenos problemas cotidianos.
- (B) A atitude do pai da Mafalda e da Mafalda opõem-se.
- (C) O texto suscita uma crítica a reações desproporcionais diante de situações corriqueiras.
- (D) A menção à morte das duas pessoas indica que a guerra do Vietnã foi uma tragédia sem precedentes.
- (E) O verbo no presente em “Não há desgraça maior que formigas” visa indicar que o conteúdo dessa afirmação é um problema constante.

15. Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem presente no segundo quadrinho da tira.

- (A) Pleonasma.
- (B) Metonímia.
- (C) Antonomásia.
- (D) Eufemismo.
- (E) Hipérbole.

Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

16. No que se refere à responsabilização do funcionário policial pelo exercício irregular de suas atribuições, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.
- (B) a responsabilidade civil decorre unicamente de procedimento doloso; que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou terceiros.
- (C) o agente executante, no cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.
- (D) o funcionário policial que deixar habitualmente de saldar dívidas legítimas não estará cometendo transgressão disciplinar.
- (E) a indenização do prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento do funcionário policial, desde que autorizado por escrito pelo funcionário.

17. A respeito das licenças permitidas ao funcionário policial, é correto afirmar que

- (A) o funcionário policial não poderá ser licenciado para tratar de interesses particulares.
- (B) a licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do funcionário policial, não podendo ser concedida “ex-offício”.
- (C) o funcionário policial poderá, atendidos os requisitos legais, obter licença por motivo de doença nas pessoas dos pais, do cônjuge, dos filhos ou pessoas que vivam às suas expensas e que constem do seu assentamento individual.
- (D) o funcionário policial acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) ao funcionário policial que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

18. Assinale a alternativa correta a respeito da aposentadoria e proventos do funcionário policial.

- (A) Os proventos da aposentadoria serão proporcionais ao tempo de serviço quando o funcionário policial invalidar-se por acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou pela constatação de doença profissional.
- (B) Nenhuma aposentadoria terá seu provento inferior a 50% do vencimento do respectivo cargo.
- (C) As gratificações de função policial civil e de risco de vida incorporam-se ao provento de aposentadoria, independentemente do tempo de percepção.
- (D) A concessão da aposentadoria é de competência do Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
- (E) Em nenhuma hipótese, os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

19. Recompensa é o reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial. Sobre recompensa, assinale a alternativa correta.

- (A) O elogio não é considerado uma recompensa pelo Estatuto do Funcionário Policial do Espírito Santo.
- (B) A concessão de Medalhas a título de recompensas, nos termos da lei, se dará por meio de decreto do Poder Executivo.
- (C) A Medalha do Serviço Policial destina-se a premiar o funcionário policial que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial ou para a sociedade.
- (D) A dispensa total do serviço até 30 dias é recompensa concedida pelo reconhecimento por serviços prestados pelo funcionário policial.
- (E) A Medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o funcionário policial pelos bons serviços prestado à causa da ordem pública, ao organismo policial e à coletividade policial.

20. O amparo assistencial e previdenciário do Estado ao funcionário policial e sua família compreenderá, EXCETO

- (A) pensões especiais.
- (B) frequência a cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.
- (C) previdência e seguro social.
- (D) assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creche.
- (E) assistência judiciária, para processos judiciais decorrentes do exercício ou não do cargo.

Noções de Direito Administrativo

21. Assinale a alternativa correta acerca da extinção, desfazimento e sanatória do ato administrativo.

- (A) A anulação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se inoportuno ou inconveniente.
- (B) A revogação ocorre quando há um vício no ato relativo à legalidade ou legitimidade; nunca por questões de mérito administrativo.
- (C) A revogação é um ato discricionário e tem como critério a conveniência e oportunidade.
- (D) A extinção objetiva do ato se dá pelo desaparecimento do sujeito detentor do benefício do ato.
- (E) A designação de ato administrativo abrange toda atividade desempenhada pela administração.

22. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos atos administrativos.

- (A) Os atos administrativos têm origem no Estado ou em agentes investidos de prerrogativas estatais.
- (B) Todo ato praticado no exercício da função administrativa consiste em ato da administração.
- (C) A morte de um funcionário que gera vacância de um cargo não é considerada um ato administrativo.
- (D) Os atos administrativos incluem os despachos de encaminhamento de papéis e os processos.
- (E) Os fatos administrativos não admitem nem anulação nem revogação.

23. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes administrativos.

- (A) O fundamento do poder de polícia é a predominância do interesse público sobre o particular, o que torna ilegítima qualquer discricionariedade no exercício desse poder.
- (B) O Judiciário não pode exercer o poder hierárquico por ser este exclusivo do Executivo.
- (C) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.
- (D) Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.
- (E) A remoção de ofício de um servidor, como forma de puni-lo por faltas funcionais, configura abuso de poder.

24. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos poderes administrativos.

- (A) O poder regulamentar consiste na possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar atos administrativos gerais e abstratos, expedidos para dar fiel execução da lei.
- (B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- (C) O poder hierárquico é o poder de que dispõe a administração para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- (D) O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.
- (E) É possível que o agente administrativo avoque para a sua esfera decisória a prática de ato de competência natural de outro agente de mesma hierarquia, para evitar a ocorrência de decisões eventualmente contraditórias.

25. Assinale a alternativa correta acerca do controle e da fiscalização da administração.

- (A) A competência do sistema de controle interno nos poderes da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e autárquica.

- (B) O controle judicial se sobrepõe ao controle administrativo.
- (C) Os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizarem função administrativa, sujeitar-se-ão ao controle interno e externo.
- (D) O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e na fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.
- (E) O controle externo no Brasil é exercido a priori e a posteriori, mas não de forma concomitante.

26. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- (A) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
- (C) Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
- (D) As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
- (E) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

27. Assinale a alternativa correta acerca de Estado, Governo e Administração Pública.

- (A) Segundo a Constituição Federal, a tripartição de funções é absoluta no âmbito do aparelho do Estado.
- (B) O estudo da administração pública, do ponto de vista subjetivo, abrange a maneira como o Estado participa das atividades econômicas privadas.
- (C) O Estado constitui a nação politicamente organizada, enquanto a administração pública corresponde à atividade que estabelece objetivos do Estado, conduzindo politicamente os negócios públicos.

- (D) Os conceitos de governo e administração não se equiparam; o primeiro refere-se a uma atividade essencialmente política, ao passo que o segundo, a uma atividade eminentemente técnica.
- (E) Tradicionalmente, na Doutrina, os elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade linguística e o governo.

28. Assinale a alternativa correta acerca de conceito e fontes do Direito Administrativo.

- (A) O sistema de direito administrativo anglo-americano teve origem na França e é focado, essencialmente, em reger as relações entre cidadãos e Administração, fixando prerrogativas e deveres à Administração.
- (B) O sistema de direito administrativo europeu continental deixa para o âmbito do direito privado as relações entre Estado e cidadãos. A jurisdição é una, exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (C) Os costumes não constituem fonte do direito administrativo.
- (D) O Direito Administrativo, dentre outros conceitos, pode ser definido como o ramo do direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- (E) O direito administrativo visa à regulação das relações jurídicas entre servidores e entre estes e os órgãos da administração, ao passo que o direito privado regula a relação entre os órgãos e a sociedade.

29. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo.

- (A) O princípio administrativo do interesse público é um princípio implícito da administração pública.
- (B) O princípio da legalidade no direito administrativo preconiza que o administrador público está sujeito às exigências do bem comum, e delas não se pode afastar ou desviar, sendo que o cidadão poderá fazer tudo o que a lei não proíba e o administrador público poderá fazer tão somente o que diz a lei.
- (C) Os princípios do direito administrativo são apenas os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- (D) O princípio da isonomia manifesta a imposição da administração em divulgar seus atos que são divulgados no diário oficial, seja da União, do Estado ou do município, na forma de obrigação constante na lei para garantir a transparência da administração.
- (E) O princípio da eficiência não está implícito em outros princípios.

30. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

- (A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.
- (B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.
- (C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

31. Sobre o regramento das provas ilícitas e das provas derivadas das ilícitas, assinale a alternativa completamente correta.

- (A) As provas ilícitas devem ser autuadas em apartado dos autos originários, para que sejam devidamente arquivadas caso se façam necessárias em outros procedimentos na perspectiva da prova emprestada.
- (B) Quando as provas derivadas das ilícitas puderem ser obtidas por uma fonte independente das provas originárias ilícitas, o Juízo ordenará o desentranhamento delas, sob pena de prevaricação.
- (C) A decisão que determina o desentranhamento da prova declarada inadmissível não pode ser eivada de preclusão, prescrição ou decadência.
- (D) A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.
- (E) Considera-se fonte independente aquela que por si só ou conjuntamente, seguindo os trâmites típicos ou atípicos, próprios da instrução processual, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

32. Tratando das provas penais admissíveis pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Exame de corpo de delito é a verificação da prova da existência do crime, feita por peritos, diretamente, ou por intermédio de outras evidências, quando os vestígios, ainda que materiais, desapareceram.
- (B) Vestígio material é aquele tal qual o rastro do crime que se perde tão logo a conduta criminosa finda, pois não é mais captável nem passível de registro pelos sentidos humanos.
- (C) Quando a infração deixar vestígios (o rastro, a pista ou o indício deixado por algo ou alguém), será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- (D) O exame do corpo de delito será prioritário tão somente em crimes contra a dignidade

sexual e em delitos envolvendo violência física contra crianças.

- (E) O exame de corpo de delito só poderá ser feito em qualquer hora de dia matutino ou vespertino, ou em períodos em que a luz solar possa iluminar o objeto.

33. Tratando das perícias em geral, com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os peritos elaborarão o laudo pericial no prazo máximo de 10 dias improrrogáveis, onde descreverão minuciosamente o que examinarem e responderão aos quesitos formulados.
- (B) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
- (C) O laudo sobre o cadáver encontrado deve ser redigido pelos peritos de maneira textual e descritiva, sendo vedado qualquer desenho que não represente a fotografia real do corpo.
- (D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e, obrigatoriamente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
- (E) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, sendo vedado aos peritos fazer a autópsia antes daquele prazo.

34. A respeito da produção probatória no processo penal brasileiro, assinale a alternativa integralmente correta.

- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental produzida por terceiro poderá suprir-lhe a falta.
- (B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar exclusivamente por determinação da autoridade policial, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou do ofendido.
- (C) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.

- (D) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e objetivamente descreverão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

- (E) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á que, para a comparação, unicamente servirão aqueles documentos que já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de punho da pessoa analisada.

35. Sobre as prisões cautelares admitidas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa que reproduz corretamente conceito jurídico ou dispositivo legal.

- (A) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, logo após ocorrer situação que faça suspeitar ser ele o autor da infração.
- (B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante ainda que com o condutor assinem outras duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- (C) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal com arbitramento de fiança.
- (D) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo, quando, por motivos de saúde, não puder aguardar o restabelecimento da primeira.
- (E) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

36. Sobre processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, tais como os peritos criminais, assinale a alternativa correta de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A juntada de inquérito policial preparatório é indispensável nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito.
- (B) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias úteis.
- (C) A notificação do acusado para, previamente ao recebimento da denúncia, manifestar-se sobre o tema, apresentando sua defesa e evitando que seja a inicial recebida, se estende ao particular que seja coautor ou partícipe.
- (D) O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- (E) Caso seja recebida a denúncia ou queixa, a despeito da impugnação formulada pelo funcionário, é dispensável que ele tome ciência disso mediante citação formal, podendo defender-se nos autos do processo-crime como integrante formal do polo passivo.

37. Qual é o caráter do inquérito policial no direito brasileiro?

- (A) Negocial jurídico de direito público.
- (B) Meio processual constitucional de impugnação de delito.
- (C) Procedimento de cunho militar quando iniciado por lavratura de boletim de ocorrência pela Polícia Militar.
- (D) Parametrização de direito privado até o recebimento da denúncia ou queixa.
- (E) Procedimento administrativo preparatório.

38. Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício pela autoridade policial.
- (B) a requerimento do ofendido ou, se ausente, ao cônjuge, ascendente, descendente ou seu irmão.
- (C) por requisição do Poder Judiciário.
- (D) com a lavratura de boletim de ocorrência de terceiro interessado ao fato e alheio ao ofendido.

- (E) por requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido.

39. Sobre a disciplina do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá intimar o indiciado para que o mesmo seja interrogado em Juízo sob pena de incorrer em crime de desobediência.
- (B) A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado no curso do inquérito policial e enviará autos ao membro do Ministério Público para que dê sua opinião sobre o eventual delito.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se o Ministério Público ou o ofendido não mais requisitarem ou requererem novas diligências.
- (E) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá enviar os peritos criminais ao local imediatamente enquanto ouve o ofendido na sede do distrito policial.

40. O Código de Processo Penal descreve a fase probatória do inquérito policial e do processo penal, devendo os agentes estatais cumprirem seus dispositivos. Sobre o tema "prova", é correto afirmar que

- (A) o Juízo poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação se eles forem originários de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (B) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, vedado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- (C) o Juízo deve ordenar, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando seu poder geral de cautela.
- (D) as partes, pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, têm o direito de participar da colheita da prova, influenciando na sua formação, dentro de critérios regrados, porém o réu não tem o direito de tomar ciência das

- provas coletadas em grau sigiloso, exceto quando sobrevier seu interrogatório judicial.
- (E) o exame do corpo de delito não é considerado meio de prova direto ou indireto, mas tão somente peça processual integrante do acervo inquisitorial.

Noções de Direito Penal

41. O crime de homicídio, art. 121 do Código Penal, é classificado doutrinariamente como um crime

- (A) de dano, material e instantâneo de efeitos permanentes.
- (B) vago, permanente e multitudinário.
- (C) próprio, de perigo e exaurido.
- (D) comum, forma livre e concurso necessário de agentes.
- (E) de mão própria, habitual e de forma vinculada.

42. Dentre as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Crime de dupla subjetividade passiva é o crime que tem obrigatoriamente dois ou mais sujeitos passivos.
- (B) O crime de estupro, art. 213 do CP, é um crime bипróprio, sendo que os sujeitos são determinados, não sendo possível ser praticado por qualquer pessoa.
- (C) Podem ser sujeitos passivos de crime os entes despersonalizados, pessoa ainda não nascida, incapazes, animais e recém-nascido.
- (D) Sujeito passivo e sujeito prejudicado são sinônimos, possuindo o mesmo significado: a pessoa física ou jurídica que sofre as consequências diretas da infração penal.
- (E) Uma pessoa pode ser simultaneamente sujeito ativo e sujeito passivo do mesmo crime.

43. Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.

- (A) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
- (B) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
- (C) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.

- (D) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.
- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

44. Dentre as seguintes alternativas, assinale a INCORRETA.

- (A) O jurado pode ser responsabilizado criminalmente por crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtrair “para si ou para outrem” comete crime de “peculato furto”.
- (C) No crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva, o sujeito ativo é somente o funcionário público.
- (D) Ocorrerá crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- (E) Pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

45. Uma conduta ilícita é contrária ao direito. Porém pode haver conduta típica que não seja ilícita, aparecendo as chamadas excludentes de ilicitude. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente não será considerado crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade e legítima defesa.
- (B) As excludentes de ilicitude são apenas as definidas em Lei, especificamente determinadas pelo Código Penal, chamadas de excludentes de ilicitude legais.
- (C) No estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o sujeito não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
- (D) Pode agir em estado de necessidade aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo.
- (E) São requisitos legais do estado de necessidade: perigo atual; ameaça a direito próprio ou alheio; situação não causada voluntariamente pelo sujeito; inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.

- 46. Em alguns casos, o crime exige uma condição especial do sujeito ativo, podendo ser classificado em crimes comuns, próprios, de mão própria, bi próprios, etc. Referente ao tema, assinale a alternativa correta.**
- (A) Crime próprio pode ser praticado por qualquer pessoa, não sendo exigida uma condição ou qualidade especial do sujeito ativo.
 - (B) Crimes funcionais são crimes praticados por funcionários públicos contra a administração. Esses crimes admitem a coautoria e a participação de terceiros, podendo esse terceiro ser funcionário público ou não.
 - (C) O crime de falso testemunho é considerado um crime próprio, podendo ser praticado por qualquer pessoa, portanto a lei não exige uma qualidade especial do sujeito ativo.
 - (D) O sujeito ativo pode ser tanto quem realiza o verbo típico ou possui o domínio finalista do fato como quem, de qualquer outra forma, concorre para o crime, sendo representado apenas pelo autor e coautor.
 - (E) O sujeito ativo, para poder ser responsabilizado, será pessoa física, não podendo ser pessoa jurídica conforme determina a Constituição Federal.
- 47. É importante a fixação do tempo em que o crime se considera praticado para, entre outras coisas, compreender a lei que deverá ser utilizada, aplicada, e estabelecer a imputabilidade do sujeito. Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a**
- (A) Teoria da Relatividade.
 - (B) Teoria da Consumação.
 - (C) Teoria da Atividade.
 - (D) Teoria da Ubiquidade.
 - (E) Teoria da Habitualidade.
- 48. João subtrai para si um pacote de bolachas no valor de R\$ 10,00 de um grande supermercado e o fato se encaixa formalmente no art. 155 do Código Penal. Em virtude da inexpressividade da lesão causada ao patrimônio da vítima e pelo desvalor da conduta, incide o princípio da insignificância que tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como excludente de**
- (A) punibilidade.
 - (B) tipicidade material.
 - (C) culpabilidade.
 - (D) ilicitude formal.
 - (E) executividade.
- 49. Segundo o art. 6º do Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria se produzir o resultado. Existem várias teorias acerca do lugar do crime. Qual é a Teoria adotada pelo Código Penal vigente?**
- (A) Teoria da Atividade.
 - (B) Teoria do Resultado.
 - (C) Teoria da Ubiquidade.
 - (D) Teoria do Assentimento.
 - (E) Teoria da Relatividade.
- 50. A extraterritorialidade presente no art. 7º do Código Penal se divide em condicionada e incondicionada. Na extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei nacional a determinados crimes cometidos fora do território, independentemente de qualquer condição, ainda que o acusado seja absolvido ou condenado no estrangeiro, EXCETO**
- (A) quando o crime for contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
 - (B) quando o crime for contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
 - (C) no caso de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
 - (D) quando, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir o crime praticado.
 - (E) quando o crime for contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

Conhecimentos Específicos

51. Considere os seguintes fatos a serem registrados na contabilidade de determinado ente público:

- **Recebimento de receitas tributárias no valor de R\$ 1.000,00;**
- **Empenho da despesa no valor de R\$ 900,00;**
- **Liquidação de despesa corrente no valor de R\$ 700,00;**
- **Inscrição de Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 700,00;**
- **Inscrição de Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 200,00.**

Com base nas informações apresentadas, o ente público teve um superávit financeiro de

- (A) R\$ 100,00.
- (B) R\$ 200,00.
- (C) R\$ 300,00.
- (D) R\$ 400,00.
- (E) R\$ 500,00.

52. Nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as transações com contraprestação são aquelas em que a entidade

- (A) recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e, em contrapartida, entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca.
- (B) recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e entrega valor aproximadamente igual em troca, prioritariamente sob a forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos.
- (C) recebe ativos contingentes ou serviços ou tem passivos extintos e, em contrapartida, entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca.
- (D) não arrecada diretamente os seus recursos financeiros, ou seja, a arrecadação se faz por intermédio de agentes arrecadadores fiéis depositários.
- (E) arrecada diretamente os seus recursos financeiros, ou seja, a arrecadação se faz por intermédio de agentes arrecadadores fiéis depositários.

53. Assinale a alternativa que apresenta corretamente as duas categorias de concessões de serviços públicos.

- (A) Concessões públicas e as concessões privadas.

- (B) Concessões ordinárias e as concessões administrativas.
- (C) Concessões administrativas e as concessões privadas.
- (D) Concessões comuns e as concessões especiais.
- (E) Concessões públicas e as concessões patrocinadas.

54. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) será obrigatória apenas para

- (A) as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas.
- (B) as empresas estatais independentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas.
- (C) o poder executivo, legislativo e judiciário.
- (D) os fundos especiais e consórcios públicos.
- (E) as entidades do setor público.

55. Determinada empresa aplicou um capital de R\$ 100.000,00 à taxa de juros simples de 10% ao mês, durante 20 meses. Com base nessas informações, qual é o valor do montante durante o período de 20 meses?

- (A) R\$ 200.000,00.
- (B) R\$ 300.000,00.
- (C) R\$ 100.000,00.
- (D) R\$ 50.000,00.
- (E) R\$ 10.000,00.

56. Considere que uma empresa, aplicou um capital de R\$ 50.000,00 à taxa de juros compostos de 10% ao mês. Ao final de 5 meses, esse investimento gerará um montante no valor de

- (A) R\$ 60.500,00.
- (B) R\$ 66.500,00.
- (C) R\$ 73.205,00.
- (D) R\$ 80.525,50.
- (E) R\$ 82.505,50.

57. Conforme a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a característica qualitativa da confiabilidade foi redenominada para

- (A) verificabilidade.
- (B) compreensibilidade.
- (C) comparabilidade.
- (D) representação fidedigna.
- (E) relevância.

58. Segundo as normas e a doutrina contábil, a conta de ajustes de avaliação patrimonial poderá apresentar saldo de natureza

- (A) devedora, credora ou saldo nulo e será classificada no patrimônio líquido.
- (B) somente devedora e será classificada no patrimônio líquido.
- (C) somente credora e será classificada no patrimônio líquido.
- (D) devedora, credora ou saldo nulo e será classificada no ativo.
- (E) devedora, credora ou saldo nulo e será classificada no passivo.

59. Para compor o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), serão sempre convidados para participar representantes dos seguintes órgãos:

- (A) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- (B) Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- (C) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- (D) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA).
- (E) Conselho Federal de Contabilidade, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Banco do Brasil.

60. Em relação à natureza contábil das contas, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. **As contas do ativo aumentam a débito e conseqüentemente diminuem a crédito.**
- II. **As contas do passivo e patrimônio líquido aumentam a crédito e conseqüentemente diminuem a débito.**

III. As contas de receitas e despesas têm natureza devedora e conseqüentemente diminuem a crédito.

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II.
- (E) Apenas III.

61. NÃO deve constar, como elemento mínimo na estrutura do balancete de verificação, o/a(s)

- (A) identificação da entidade.
- (B) abrangência.
- (C) identificação das contas e respectivos grupos.
- (D) saldos das contas, indicando se devedores ou credores.
- (E) movimento individual das contas.

62. A perda do valor de um ativo, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração, denominar-se-á

- (A) amortização.
- (B) depreciação.
- (C) exaustão.
- (D) avaliação.
- (E) provisão.

63. Os estoques de mercadorias fungíveis destinados à venda poderão ser avaliados quando aceitos pela técnica contábil a valor

- (A) de mercado.
- (B) presente.
- (C) original.
- (D) de reposição.
- (E) justo.

64. Nas entidades societárias, as demonstrações financeiras deverão ser assinadas pelo(s)

- (A) administradores e por contabilistas legalmente habilitados.
- (B) auditores e contadores legalmente habilitados.
- (C) contador legalmente habilitado.
- (D) administrador legalmente habilitado.
- (E) contador legalmente habilitado e auditor independente.

- 65. Nas demonstrações financeiras das sociedades anônimas, as contas semelhantes poderão ser agrupadas e os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem**
- (A) 0,1 do valor do respectivo grupo de contas.
(B) 0,2 do valor do respectivo grupo de contas.
(C) 0,3 do valor do respectivo grupo de contas.
(D) 0,4 do valor do respectivo grupo de contas.
(E) 0,5 do valor do respectivo grupo de contas.
- 66. Na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), as variações cambiais ativas serão classificadas como**
- (A) receitas.
(B) insumos adquiridos de terceiros.
(C) remuneração de capital próprio.
(D) valor adicionado recebido em transferência.
(E) remuneração de capital de terceiros.
- 67. Acerca da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), assinale a alternativa correta.**
- (A) A DLPA evidenciará o montante de dividendos por ação do capital social.
(B) A DLPA não evidenciará a reserva de lucros a realizar.
(C) A DLPA deverá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).
(D) A DLPA não evidenciará a distribuição de dividendos.
(E) A DLPA não evidenciará a parcela dos lucros incorporada ao capital social.
- 68. A aquisição de uma propriedade de jazidas minerais deverá ser registrada e classificada no Balanço Patrimonial como um ativo**
- (A) intangível.
(B) imobilizado.
(C) diferido.
(D) contingente.
(E) financeiro.
- 69. Nos termos da legislação societária, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos(as)**
- (A) reservas de capital, pelas reservas de lucros e pelas provisões antes das participações societárias.
(B) lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal.
(C) participações estatutárias, pelos dividendos distribuídos e pelos lucros acumulados.
(D) lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pelas reservas de reavaliação.
(E) reservas de reversão de provisões, pelos lucros acumulados e pela reserva legal.
- 70. Determinada empresa realizou as seguintes transações:**
- adquiriu mercadorias para revenda, com pagamento à vista, no ato da entrega, no valor de R\$ 200.000,00. Nesse valor, estão incluídos os tributos não recuperáveis no valor de R\$ 30.000,00;
 - vendeu mercadorias, à vista, de 80% das mercadorias adquiridas por R\$ 360.000,00, com entrega imediata. A transação teve a incidência dos tributos sobre a venda no valor de R\$ 45.000,00;
 - incorreu em despesas administrativas no valor de R\$ 5.000,00 pagas no período; e
 - sabendo-se que o seu estoque inicial era igual a zero.
- Considerando as informações apresentadas, o resultado dessas transações gerou um lucro bruto no valor de**
- (A) R\$ 315.000,00.
(B) R\$ 270.000,00.
(C) R\$ 200.000,00.
(D) R\$ 179.000,00.
(E) R\$ 155.000,00.
- 71. Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2014, uma máquina no valor de R\$ 130.000,00 a prazo, sendo esse valor registrado no seu ativo imobilizado. Na data da aquisição, o bem foi colocado em uso e a empresa estimou que a vida útil será de 10 anos e o seu valor residual de R\$ 30.000,00. Sabendo-se que a empresa utiliza o método linear para o cálculo da depreciação. Com base nessas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 foi, em reais,**
- (A) 130.000,00.
(B) 120.000,00.
(C) 110.000,00.
(D) 100.000,00.
(E) 90.000,00.

72. Analise os seguintes registros contábeis relativos aos gastos com a folha de pagamento dos funcionários de uma determinada empresa:

Salários	R\$ 50.000,00
Horas extras trabalhadas	R\$ 5.500,00
Imposto de renda retido na fonte	R\$ 5.600,00
Contribuição para o INSS, empregado	11%
Contribuição para o INSS, empregador	20%
Depósito do FGTS	8%
Insalubridade	R\$ 2.500,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que a despesa total do empregador, com a folha de pagamento, será de

- (A) R\$ 71.040,00.
- (B) R\$ 64.000,00.
- (C) R\$ 81.408,00.
- (D) R\$ 74.240,00.
- (E) R\$ 69.600,00.

73. Acerca da apresentação de transações em moeda estrangeira na moeda funcional, analise a seguinte situação:

A empresa X obteve, em 31/12/2015, um empréstimo bancário internacional, no valor de 20 mil dólares, com vencimento para 05 anos, sabendo que não há incidência de juros sobre o empréstimo. Dados complementares da transação:

Cotação do dólar em 31/12/2015	R\$ 3,10
Cotação do dólar em 31/12/2016	R\$ 3,20
Cotação do dólar em 31/12/2017	R\$ 3,50
Cotação média do dólar	R\$ 3,27

Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta o valor do empréstimo registrado no balanço patrimonial em 31/12/2017.

- (A) R\$ 70.000,00.
- (B) R\$ 65.400,00.
- (C) R\$ 64.000,00.

- (D) R\$ 62.000,00.
- (E) R\$ 60.000,00.

74. A empresa investidora S.A. possui 80% das ações da Cia. Investida. Em 2018, a Cia. Investida distribuiu dividendos com pagamento à vista no valor de R\$ 250.000,00. Ao contabilizar esse fato, a empresa investidora S.A. debitou caixa e creditou

- (A) receita operacional.
- (B) receita de dividendos.
- (C) outras receitas.
- (D) investimentos.
- (E) receita de equivalência patrimonial.

75. O tratamento contábil conferido na Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), quanto aos recebimentos e pagamentos de caixa por seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice, deverá ser classificado na atividade

- (A) operacional.
- (B) investimento.
- (C) financiamento.
- (D) orçamentária.
- (E) patrimonial.

76. O capital circulante líquido representa a diferença entre o ativo

- (A) não circulante e o passivo circulante.
- (B) circulante e o passivo circulante.
- (C) não circulante e o passivo não circulante.
- (D) não circulante e o patrimônio líquido.
- (E) total e o passivo total.

77. Em relação à alavancagem financeira, é correto afirmar que ela mede

- (A) a variação do lucro operacional em relação à sensibilidade no giro do ativo circulante.
- (B) a margem de endividamento da empresa em relação à composição patrimonial.
- (C) a razão entre a variação percentual do lucro líquido e a variação percentual da margem de segurança.
- (D) a razão entre o retorno sobre o patrimônio líquido e o retorno sobre o ativo da entidade.
- (E) a razão entre a variação percentual da margem de contribuição em relação à margem de segurança.

78. Analise as informações na seguinte tabela de gastos, disponibilizadas por uma fábrica em determinado período.

Gastos	R\$
Mão de obra direta da fábrica	20.000,00
Energia elétrica da administração	5.000,00
Embalagens consumidas	2.500,00
Material de expediente da administração	3.000,00
Despesas administrativas	2.500,00
Aluguel da fábrica	5.000,00

Conforme informações da contabilidade de custos, a fábrica produz um único produto. Nesse sentido, é correto afirmar que os custos totalizam

- (A) R\$ 32.500,00.
- (B) R\$ 27.500,00.
- (C) R\$ 38.000,00.
- (D) R\$ 33.000,00.
- (E) R\$ 36.500,00.

79. Considere as seguintes informações extraídas da contabilidade de uma fábrica:

- **Custo de oportunidade: R\$ 2.000,00;**
- **Custo fixo total: R\$ 10.000,00;**
- **Custo variável unitário: R\$ 20,00;**
- **Preço de venda unitário: R\$ 80,00.**

Com base nessas informações, o ponto de equilíbrio econômico em unidades é de

- (A) 120 unidades.
- (B) 80 unidades.
- (C) 100 unidades.
- (D) 200 unidades.
- (E) 300 unidades.

80. Referente às nomenclaturas aplicáveis à contabilidade de custos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Custos são gastos relativos a bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços.
- (B) Desembolsos são pagamentos resultantes da aquisição de um bem ou serviço.

- (C) Investimentos são gastos ativados em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuros períodos.
- (D) Despesas são bens ou serviços consumidos diretamente ou indiretamente para a obtenção de receitas.
- (E) As perdas anormais no processo de produção são consideradas parte do custo dos produtos.

81. A respeito da auditoria, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. **O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.**
- II. **As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração com supervisão geral dos responsáveis pela governança.**
- III. **É função precípua da auditoria a detecção de erros e fraudes nas entidades, com base nos registros contábeis existentes.**

- (A) Apenas II.
- (B) I, II e III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas I.

82. A perícia contábil arbitral é de competência exclusiva para

- (A) contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- (B) bacharel em Ciências Contábeis.
- (C) contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- (D) técnico de contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- (E) economista registrado no Conselho de Economia.

83. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite

- (A) os objetivos da perícia deferida ou contratada.
- (B) a identificação do processo e das partes.
- (C) a síntese do objeto da perícia.
- (D) a metodologia adotada para os trabalhos periciais e esclarecimentos.
- (E) o lapso temporal da perícia a ser realizada.

84. A perícia contábil do tipo voluntária é aquela

- (A) exercida sob o controle da legislação societária e supervisão judicial.
- (B) exercida sob o controle da legislação de arbitragem e supervisão judicial.
- (C) executada sob o controle de órgão do Estado e supervisão judicial.
- (D) exercida sob a tutela da justiça e supervisão governamental.
- (E) contratada espontaneamente pelo interessado ou de comum acordo entre as partes.

85. Assinale a alternativa que apresenta a modalidade de licitação que poderá instituir prêmios ou remunerações aos vencedores.

- (A) Pregão.
- (B) Concorrência.
- (C) Tomada de Preços.
- (D) Convite.
- (E) Concurso.

86. Acerca da modalidade de licitação pregão, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No pregão, para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço e melhor técnica.
- (B) Não é possível o uso do pregão para locações imobiliárias, obras e alienações em geral.
- (C) O prazo de publicidade do pregão é de, no mínimo, 8 dias úteis.
- (D) O pregão pode ser utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns.
- (E) Dentre as regras da fase preparatória do pregão, a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

87. É um instrumento de planejamento da ação do Governo, por meio da identificação dos seus programas de trabalho, projetos e atividades, com estabelecimento de objetivos e metas a serem implementados e previsão dos custos relacionados. Pode ser definido como elo entre planejamento, orçamento e gestão. Essa técnica orçamentária é denominada

- (A) orçamento tradicional.
- (B) orçamento base zero.

- (C) orçamento-programa.
- (D) orçamento participativo.
- (E) orçamento por competência.

88. Na entidade do setor público, deverá ser classificada como despesa extraorçamentária o pagamento de

- (A) material de consumo.
- (B) salários e encargos.
- (C) serviços de terceiros.
- (D) restos a pagar.
- (E) fatura de energia elétrica.

89. Referente aos créditos adicionais suplementares, assinale a alternativa correta.

- (A) São destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (B) São destinados a despesas urgentes e imprevisíveis.
- (C) A indicação da origem dos recursos é facultativa.
- (D) São autorizados por Lei e abertos por Decreto do Poder Executivo.
- (E) A autorização legislativa é posterior à abertura do crédito.

90. O Estado do Espírito Santo deseja adquirir um imóvel, que já está em utilização, com o objetivo de instalar a sua sede administrativa. Caso essa despesa pública aconteça, o contador deverá classificar como

- (A) despesa corrente.
- (B) transferência de capital.
- (C) inversão financeira.
- (D) investimento.
- (E) subvenção social.

91. Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Não é permitido um lançamento contábil que debite uma conta da classe 1 e credite uma conta da classe 5.
- (B) A previsão de receita e a fixação de despesa são contas de natureza devedora e credora na classificação orçamentária.
- (C) A natureza de informação orçamentária registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- (D) O PCASP é dividido em 8 classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações.

- (E) O PCASP é estruturado para facilitar a análise das informações, conforme as naturezas de informação orçamentária, patrimonial e de controle.

92. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o Balanço Orçamentário é composto por

- (A) quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processados, quadro da execução dos restos a pagar processados e quadro das contas de compensação.
(B) quadro secundário, quadro da execução dos restos a pagar não processados, quadro da execução dos restos a pagar processados e quadro das contas de compensação.
(C) quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processados e quadro da execução dos restos a pagar processados.
(D) quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processados, quadro da execução dos restos a pagar processados e quadro do superávit/déficit financeiro.
(E) quadro principal, quadro secundário, quadro da execução dos restos processados e não processados.

93. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, uma provisão representa um(a)

- (A) passivo de prazo ou valor incerto.
(B) passivo de prazo ou valor certo.
(C) conta retificadora (diminutiva) do ativo.
(D) passivo contingente de prazo ou valor incerto.
(E) passivo contingente de prazo ou valor certo.

94. A respeito das variações patrimoniais e o resultado patrimonial nas entidades do setor público, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. **Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA):** correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade oriundos de contribuições dos proprietários.

II. **Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD):** correspondem a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade oriundas de distribuições aos proprietários.

III. **O resultado patrimonial** corresponde à diferença entre o valor total das

VPA e o valor total das VPD, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do período.

- (A) I, II e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I.
(D) Apenas II.
(E) Apenas III.

95. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, os restos a pagar processados em liquidação compreendem o valor dos restos a pagar

- (A) não processados ainda não liquidados, cujo fato gerador já ocorreu.
(B) não processados ainda não liquidados, cujo fato gerador não ocorreu.
(C) processados ainda não liquidados, cujo fato gerador não ocorreu.
(D) processados ainda não liquidados, cujo fato gerador já ocorreu.
(E) não empenhados, pendentes de créditos orçamentários.

96. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o tipo correspondente ao último dígito na natureza de receita pública tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza, sendo

- (A) 0 (zero), quando se tratar da arrecadação principal da receita.
(B) 1 (um), quando se tratar de natureza de receita não valorizável ou agregadora.
(C) 2 (dois), quando se tratar de multas e juros de mora da respectiva receita.
(D) 3 (três), quando se tratar de multas e juros de mora da dívida ativa da respectiva receita.
(E) 4 (quatro), quando se tratar de desdobramentos que poderão ser criados, caso a caso.

97. Acerca dos procedimentos periciais, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O exame é a análise de livros, registros de transações e documentos.
- () A certificação é o ato de atestar a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito.
- () A avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

- (A) V – V – F.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – F – F.

98. O superávit do orçamento corrente na entidade pública é classificado como receita

- (A) corrente, porém não é receita orçamentária.
- (B) corrente, porém é receita orçamentária.
- (C) de capital, porém é receita orçamentária.
- (D) de capital, porém não é receita orçamentária.
- (E) patrimonial, porém é receita orçamentária.

99. Representa o retorno dos recursos anteriormente emprestados pelo poder público a receita

- (A) com operação de crédito.
- (B) com alienação de bens.
- (C) com amortização de empréstimos.
- (D) corrente.
- (E) patrimonial.

100. A dívida ativa na entidade pública abrange os

- (A) créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas.
- (B) créditos a desfavor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas.
- (C) débitos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas.

- (D) créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas.
- (E) créditos a favor da Fazenda Pública, cuja incerteza e liquidez foram apuradas, por terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....

